

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**CAMILA RODRIGUES ALVES
MÔNICA CIBELE DE SOUZA OLIVEIRA
SONIA GALDINA ALVES DO PRADO**

**CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA:
PROGRAMA RENDA CIDADÃ**

**São Paulo
2011**

**CAMILA RODRIGUES ALVES
MÔNICA CIBELE DE SOUZA OLIVEIRA
SONIA GALDINA ALVES DO PRADO**

**CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA:
PROGRAMA RENDA CIDADÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, sob a orientação da Prof.^a Maria de Lourdes Hipólito Santana.

**São Paulo
2011**

CAMILA RODRIGUES ALVES
MÔNICA CIBELE DE SOUZA OLIVEIRA
SONIA GALDINA ALVES DO PRADO

CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA:
PROGRAMA RENDA CIDADÃ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Data da Aprovação 26 / 05 / 2011.

BANCA EXAMINADORA

Maria de Lourdes Hipólito Santana (Orientadora)
Professora de Serviço Social
Universidade de Santo Amaro

Luciane de Cássia de Faria
Professora de Serviço Social
Universidade de Santo Amaro

CONCEITO FINAL: _____

Dedico este trabalho ao meu filho Pablo Henrique Alves Oliveira, meu príncipe, a maior riqueza que Deus pode me dar, mesmo tendo chegado à minha vida, quando eu ainda era uma criança, entrando na adolescência, foi quem me fez olhar o mundo de outra forma, me fez crescer, ter responsabilidades e o principal virar mamãe.

Se hoje cheguei até aqui foi por você, quero que você tenha muito orgulho da sua mãe. Com apenas seis anos de idade, já ensino que a Educação é fundamental para o sucesso. "Amo muito você."

Camila Rodrigues Alves

Dedico este trabalho aos meus pais e a um ser muito especial, Deus, fonte de toda inspiração e sabedoria.

Mônica Cibele de Souza Oliveira

Dedico a Deus a razão da minha existência, meu esposo Mauricio pelo encorajamento durante o tempo de formação, pela tolerância com que encarou as minhas ausências, pela dedicação, amor e o espírito de sacrifício consentidos durante a minha formação dando apoio em todo tempo.

A minha filha Bruna meu motivo para realização desse sonho que muitas vezes teve que suportar a minha ausência. As minha família pela coragem, incentivo e presença constante nos momentos difíceis.

Sonia Galdina Alves do Prado

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente á Deus por ter guiado meus passos, e me dar forças para chegar até aqui.

Ao meu pai Moreira por contribuir financeiramente para o meu estudo e ao amor que tem me dedicado desde o meu nascimento.

À minha mãe Norma por ter cuidado do meu filho, durante esses quatro anos, tanto para trabalhar e estudar e ao amor que tem me dedicado desde o meu nascimento.

Aos meus irmãos Liliane, Jefferson, Júnior e Maria Luiza que eu tanto os amo.

Ao meu filho Pablo Henrique que eu deixei um pouco de lado, para poder me dedicar aos estudos, peço desculpas, porem tudo isso não foi em vão! Mamãe te ama muito e agradece a compreensão.

A todos os meus familiares pelo apoio.

Ao meu namorado Michael pela paciência, compreensão e o amor.

A todas as minhas amigas e amigos que tenham passado pela minha vida de alguma forma.

Às professoras que contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal, me ensinaram a ser um ser humano de valores.

Agradeço à professora orientadora Maria de Lourdes Hipólito Santana pela dedicação e ajuda mútua todas as vezes que precisei e agradeço também a professora Luciane de Cássia de Faria, por suas colocações e sugestões.

À Organização Solar dos Unidos por deixar realizar esse trabalho gratificante e prazeroso com as usuárias do Programa Renda Cidadã, em especial às entrevistadas.

À minha supervisora de campo Ivone, que durante o meu estágio no CRAS contribuiu para minha formação acadêmica, e também na vida pessoal, obrigado pelos conselhos, elogios, quero dizer que você sempre fará parte da minha vida.

Às colegas e companheiras de faculdade e TCC, Sônia e Mônica por ter realizado esse belo trabalho, pela colaboração, paciência, dedicação e a amizade.

Camila Rodrigues Alves

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo, e por ter me dado a chance de ser aquilo que escolhi, e por todas as coisas maravilhosas que tem feito na minha vida.

Em especial agradeço aos meus pais, Valter e Noelia, por terem acreditado em mim e acima de tudo me ensinaram a amar e ser amada, por todos os conselhos, todo carinho, cumplicidade e compreensão, e especialmente nos momentos em que estive ausente para que pudesse concluir essa etapa da minha vida.

E ao meu querido irmão Douglas, que me ajudou a acreditar que eu era capaz e fazendo meu dia-a-dia ser melhor e diferente.

A orientadora Professora Maria de Lourdes Hipólito Santana, pelo incentivo, motivação, dedicação e paciência nos inúmeros momentos em que estivemos juntas, mostrando-nos os caminhos a seguir.

A Professora Luciane de Cássia de Faria, pela dedicação, paciência e sugestões que contribuiu muito para finalização deste trabalho.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse concluído com sucesso.

Aos beneficiários do programa Renda Cidadã, que nos ajudou nas entrevistas, que partilharam sua vivências, choraram e riram conosco, pela confiança depositada e toda cumplicidade, mostrando-nos a riqueza e a beleza da relação humana.

A Instituição Solar dos Unidos, por todo carinho, pela confiança ao qual sempre serei grata.

A todos os professores que contribuíram para que aqui eu chegasse.

Aos meus colegas de turma pelos maravilhosos e inesquecíveis anos de convivência.

Ao grupo por chegarmos ao final de nossa caminhada, enfrentamos obstáculos, compartilhamos nervosismos, lamentamos os erros e, finalmente vibramos com nossa vitória.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado a vida e ser meu refúgio, me fortalecendo em todas as ocasiões e aliviando-me as angústias. Acima de tudo, por fazer renascer a paz e o equilíbrio que precisei nos momentos mais difíceis da realização desse trabalho.

À minha mãe Anisia, que além de ser a razão da minha existência, é um exemplo de amor, coragem, determinação, perseverança que mesmo não tendo acesso a alfabetização me ensinou que esse é o caminho para o sucesso, a quem sou eternamente grata. Enfim aos meus pais Raimundo (em memória) e Anisia, que na sua simplicidade trabalharam incansavelmente para que eu chegasse à idade adulta. A todos os meus familiares.

Ao meu esposo Mauricio, que me apoiou nesta grande caminhada, chegar até aqui não foi nada fácil e se hoje comemoro essa conquista, esta se deve a ele que esteve ao meu lado em todos os momentos, respeitou meus sentimentos e enxugou minhas lágrimas, quero dizer obrigado que não é suficiente para expressar o sentimento de gratidão, e não há outra forma de agradecer.

À minha filha Bruna pela compreensão durante todos esses anos mesmo nos momentos de ausência.

A minha querida amiga Vânia que marcou muito minha historia nos últimos anos minha eterna gratidão.

A entidade Solar dos Unidos que nos apoiou nesta pesquisa e a contribuição das usuárias entrevistadas, ao amigo professor Moreira que me acolheu de forma carinhosa, a minha gratidão.

A Supervisora de campo de estagio Elaine Viana pelo apoio e acolhimento.

À Camila e Mônica minhas companheiras de TCC, sobretudo aquelas amigas da minha sala, pois no decorrer dos quatro anos de convivência todas se revelaram pessoas incríveis, com quem pude contar independente do assunto.

A professora orientadora Maria de Lourdes Hipólito Santana, por sua disposição e paciência, afinal, seu apoio foi fundamental para que dessemos continuidade a idéia que tínhamos e a transformasse neste trabalho, agradeço também a professora Luciane de Cassia de Faria pelo apoio e dedicação.

Sonia Galdina Alves do Prado

"Se tratarmos as pessoas como elas devem ser,
nós as ajudamos a se tornarem o que elas são capazes de ser."

Johann Wolfgang

Von Goethe

RESUMO

Este trabalho tem como tema central o estudo da implantação dos Programas de Transferência de Renda como estratégia de enfrentamento a pobreza na contemporaneidade, especificamente será analisado o Programa Renda Cidadã, um Programa de Transferência de Renda do Governo do Estado de São Paulo, executado através da parceria estabelecida entre a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social e as Prefeituras Municipais. Particularmente no município de Taboão da Serra, na Organização Solar dos Unidos (unidade descentralizada de execução de programas da assistência social, sob coordenação da Secretaria de Assistência Social do próprio município). Os sujeitos centrais dessa análise são quatro famílias que se encontram no Programa Renda Cidadã através da organização Solar dos Unidos, a pesquisa aborda o Programa de Transferência de Renda, Renda Cidadã como forma alternativa á superar a pobreza economicista do país; a Política Pública de Assistência Social como alternativa desencadeada pelo Estado para responder a tal contexto. A análise buscou, a partir dos dados coletados nas entrevistas com quatro famílias beneficiadas a fim de conhecer o trabalho socioassistencial realizado pela organização, e também com duzentos prontuários de atendimento das famílias beneficiárias do programa a fim de traçar o perfil socioeconômico de tais famílias; analisar os resultados auferidos pelo programa a estas famílias, no tocante da melhoria das condições de vida e efetivo acesso às políticas sociais. Entre outros aspectos, constatou-se que o programa apresenta inúmeros limites, não conseguindo fomentar um processo de caráter emancipatório às famílias, todavia, sob a ótica das famílias o programa é avaliado satisfatoriamente e apontam como uma das maiores contribuições à participação nas reuniões socioeducativas e nos cursos de qualificação profissional.

Palavras-chave: Pobreza, Programa de Transferência de Renda, Renda Cidadã, Vulnerabilidade Social, Emancipação e Autonomia.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Organização Solar dos Unidos. | 37 |
| Figura 2 - Mapa do município de Taboão da Serra. | 38 |
| Figura 3 - BR. 116, Centro de Taboão da Serra..... | 40 |
| Figura 4 - Reunião Socioeducativa/ Pedofilia..... | 46 |
| Figura 5 - Gráfico - Sexo | 50 |
| Figura 6 - Gráfico - Faixa Etária. | 51 |
| Figura 7 - Gráfico - Escolaridade..... | 52 |
| Figura 8 - Gráfico - Qualificação profissional..... | 53 |
| Figura 9 - Gráfico - Renda Familiar. | 54 |
| Figura 10 - Gráfico - Número de filhos. | 55 |
| Figura 11 - Gráfico - Número de membros que moram no domicílio..... | 55 |
| Figura 12 - Gráfico - Situação do domicílio. | 56 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Funcionários da organização. | 43 |
| Quadro 2 - Faixa Etária. | 51 |
| Quadro 3 - Ocupação Profissional | 53 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | | |
|-------|---|--|
| CRAS | - | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | - | Centro de Referência Especializado em Assistência Social |
| CRESS | - | Conselho Regional de Serviço Social |
| GCM | - | Guarda Civil Municipal |
| IVSF | - | Índice de Vulnerabilidade Social Familiar |
| LOAS | - | Lei Orgânica da Assistência Social |
| MDS | - | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| ONG | - | Organização não Governamental |
| PAC | - | Programa de Atenção à Criança |
| PGRM | - | Programa de Garantia de Renda Mínima |
| PMTS | - | Prefeitura Municipal de Taboão da Serra |
| PNAS | - | Política Nacional de Assistência Social |
| PTR | - | Programa de Transferência de Renda |
| RC | - | Renda Cidadã |
| SEADS | - | Secretaria Estadual Assistência e Desenvolvimento Social |
| SP | - | São Paulo |
| SUAS | - | Sistema Único de Assistência Social |
| UBS | - | Unidade Básica de Saúde |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPITULO I | 16 |
| 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL | 16 |
| 1.1 Política Pública de Assistência Social..... | 20 |
| 1.2 Os Programas de Transferência de Renda: Inserção no contexto do sistema Brasileiro de Proteção Social. | 24 |
| 1.3 O Programa Renda Cidadã..... | 33 |
| 1.3.1 Ações Complementares: | 35 |
| CAPITULO II | 37 |
| 2 O MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA- SERVIÇOS ASSISTENCIAIS..... | 38 |
| 2.1. Caracterização sobre a infraestrutura do território de abrangência, aonde a organização Solar dos Unidos está inserida. | 40 |
| 2.2 Histórico do campo de pesquisa, Organização Solar dos Unidos..... | 41 |
| 2.3 O Serviço Social na Organização Solar dos Unidos. | 44 |
| CAPITULO III | 47 |
| 3 CAMINHO METODOLÓGICO E SUJEITOS DA PESQUISA..... | 47 |
| 3.1 O perfil socioenômico das famílias beneficiárias pelo Programa Renda Cidadã..... | 49 |
| 3.2 Analisando as narrativas: O desafio do Pesquisador e o Impacto do Programa Renda Cidadã..... | 57 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 67 |
| REFERÊNCIAS..... | 71 |
| ANEXOS | 74 |
| APÊNDICE | 80 |

INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade são os grandes desafios da sociedade brasileira no século XXI, cujas raízes remontam ao passado histórico, mas suas causas mais imediatas encontram-se nas limitações do processo de desenvolvimento conduzido pelo Estado na contemporaneidade. É nesta perspectiva, que se contempla a discussão sobre a necessidade da implantação de Programas de Transferência de Renda, como estratégia de enfrentamento à exclusão social e à pobreza crescente na contemporaneidade.

A condição da pobreza em que vive grande parte das famílias brasileiras, provoca várias indagações, o que evidencia a complexidade do trato às expressões da questão social atualmente.

Neste sentido, se faz pertinente o presente trabalho, com vistas a analisar esta nova tendência de enfrentamento da situação de pobreza, por meio dos Programas de Transferência de Renda, e dentro deste, tal pesquisa focalizou o Programa Renda Cidadã, em razão da proximidade com os nossos campos de estágio, fomos levadas a pesquisar qual o impacto do Programa Renda Cidadã na vida das famílias beneficiárias e qual a perspectiva de mudança como forma a superar a pobreza.

Os governos, nas suas diversas instâncias, são os responsáveis primeiros por esse enorme empreendimento, visto que o Programa Renda Cidadã é um programa que vem sendo executado nos municípios paulistas pelo Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, em parceria com as prefeituras municipais, mas o compromisso e a parceria de toda a sociedade são imprescindíveis para torná-lo menos desigual, pois é no local, no micro território, onde a pobreza e a exclusão social persistem e se enraízam.

No decorrer do curso de Serviço Social, percebemos que o tema transferência de renda, não era um assunto tão explorado pelos colegas de sala, porém o que vemos é que o Assistente Social que atua no segmento da Assistência Social apresenta no seu cotidiano de atuação, intervenções com participantes da família e programas de transferência de renda, buscando um alívio imediato da situação da pobreza apresentada.

Portanto nosso objeto é examinar e analisar a implementação do programa de transferência de renda, Renda Cidadã a partir da voz das próprias famílias beneficiárias e as estratégias de trabalho socioassistencial, de forma a superar a perspectiva economicista da pobreza e, ao mesmo tempo comprovar a incompletude das políticas setoriais e a necessária atuação articulada entre elas.

O artigo 25 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) assim expressa,

Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhe garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. (LOAS, 1999, p.101)

Para tanto esta pesquisa busca analisar o grau de inclusão das necessidades das famílias no desenvolvimento do programa de transferência de renda Renda Cidadã.

Especificamente: analisar as possíveis mudanças pelos usuários no decorrer do tempo de inclusão no programa; identificar a influência do benefício na emancipação destas famílias, compreender as conquistas das famílias após inclusão no programa e reunir argumentos para ofertar a população em situação de pobreza uma estratégia de enfrentamento do problema, que trate dos sujeitos de forma totalizante.

Propusemo-nos a verificar se este programa contribui para a ampliação dos direitos sociais, ou se é mais um programa compensatório e como tal, com a pretensão de se constituir enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza e incluir socialmente os pobres, melhorando assim sua qualidade de vida, ou até se tal proposta ficaria apenas no papel. E sob contexto de profundas transformações e desproteção social das sociedades contemporâneas, estes Programas de Transferência de Renda, e especificamente o Programa Renda Cidadã, podem de fato se constituir como alternativas de enfrentamento e encaminhamentos de soluções para os problemas vivenciados por estes sujeitos ou não passam de ações compensatórias, pontuais e transitórias que quando chegam ao final deixam-nos, bem como as famílias nas mesmas condições anteriores?

Assim, para alcançar o objetivo do trabalho, foi necessário, por meio da pesquisa qualitativa realizar entrevistas estruturadas com quatro famílias

beneficiárias do Programa Renda Cidadã, as quais são atendidas na Organização Solar dos Unidos que já estão inclusas no programa há mais de doze meses, soubemos da realidade de cada família, suas necessidades e dificuldades no dia-a-dia. Para complementar a pesquisa, realizamos uma pesquisa documental utilizando duzentos prontuários de atendimento arquivados na mesma organização, fizemos a análise das fichas de cadastro das famílias a qual apresentamos os dados coletados através de gráficos, cabendo ressaltar que a organização Solar dos Unidos atende no total de 231 famílias beneficiárias. Trata-se de uma pesquisa de campo, desenvolvida na cidade de Taboão da Serra, junto à organização Solar dos Unidos.

A análise desses dados foi realizada a partir de três eixos analíticos: inclusão/exclusão social, território/cidadania e desenvolvimento humano/autonomia, buscando possíveis ressonâncias de inclusão social.

Trabalhamos com a hipótese de que o programa Renda Cidadã não ganha efetividade se não for acompanhado de forte processo de trabalho socioassistencial com grupos de famílias beneficiárias, de oferta e oportunidades de acesso à rede de serviços públicos das políticas sociais.

Assim, partindo dessa concepção, o primeiro capítulo do trabalho apresenta a contextualização da pobreza e vulnerabilidade social; o surgimento da Política Pública de Assistência Social; a trajetória de implantação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil; e o Programa Renda Cidadã.

O segundo capítulo contempla a apresentação do município de Taboão da Serra, suas políticas sociais de atendimento a população e sua localização junto aos municípios vizinhos. A caracterização socioeconômica da região, um resgate histórico sobre a Organização Solar dos Unidos, aonde foi realizada a nossa pesquisa de campo, seus trabalhos, projetos e a sua contribuição junto ao Serviço Social para o desenvolvimento do Programa Renda Cidadã.

O terceiro capítulo expõe a apresentação da análise e interpretação dos dados levantados através da pesquisa junto às famílias, traçando o perfil e a realidade cotidiana destas, contemplando os resultados auferidos pelo programa, no que tange a melhoria da qualidade de vida e o efetivo acesso às políticas sociais, analise esta, como já indicado, norteada sob a ótica dos beneficiados.

CAPITULO I

Neste capítulo iremos apresentar a contextualização da pobreza e vulnerabilidade social a fim de compreender o processo histórico sobre o surgimento da Política Pública de Assistência Social e os direitos sociais; em seguida a trajetória de implantação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil; e o Programa Renda Cidadã.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Contextualizamos alguns elementos sobre pobreza, capaz de contribuir para uma reflexão a respeito dos desafios das intervenções voltadas para as famílias em situação de vulnerabilidade social¹, pois ressaltamos que não basta identificar os pobres, mas buscar alternativas de intervenção para a superação da pobreza e sua emancipação. Embora o contexto faça referência aos constrangimentos das diferentes concepções quanto à mensuração, o foco da pobreza reside nas implicações sobre a estratégia de redução da pobreza e da vulnerabilidade, tendo como centro o conceito de exclusão social².

É importante identificar o que se entende por famílias em situação de vulnerabilidade, o debate sobre o tema da vulnerabilidade e riscos, uma definição rápida reconhece que o primeiro nível da condição de vulnerabilidade refere-se, em sociedades monitoradas, à pobreza entendida como insuficiência de renda. A ausência ou insuficiência de renda constitui um fator de extrema vulnerabilidade em

¹ No plano social, a vulnerabilidade está relacionada a aspectos sócio-políticos e culturais combinados, como o acesso a informações, grau de escolaridade, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidades de enfrentar barreiras culturais. A vulnerabilidade social pode ser entendida, portanto, como um espelho das condições de bem-estar social, que envolve moradia, acesso a bens de consumo e graus de liberdade de pensamento e expressão.

² A exclusão social pode ser interpretada de uma forma mais abrangente, compreendendo fatores como: raça, gênero, idade, condição socioeconômica entre outros. No entanto, são excluídos socialmente todos aqueles que não têm condições econômicas de participação, seja na vida social como um todo, seja em algum de seus aspectos. (Rezende e Tafner, 2005 apud Abreu e Barbosa 2009, p.45).

um contexto de economia de mercado, estando essa condição diretamente ligada à qualidade da inserção dos indivíduos no mundo do trabalho.

Entretanto torna-se ainda mais grave quando há uma ausência do Estado frente às questões sociais e os pobres não podem contar com uma rede pública de qualidade, com acesso a serviços básicos capazes de viabilizar patamares mínimos na qualidade de vida.

A vulnerabilidade das famílias apresenta gradações, onde se mesclam frequentemente, dimensões objetivas e subjetivas, tanto materiais quanto relativas a valores e comportamentos.

Reconhecer a relevância de uma concepção ampliada de pobreza para definição de estratégias mais efetivas para seu enfrentamento, pois uma pessoa pode ser considerada pobre se a renda ou os gastos de consumo agregados forem inferiores a um valor estabelecido como necessário para a sobrevivência.

Segundo Carneiro (2005),

[...] de forma geral pode se dizer que os métodos baseados na renda ou no consumo permitem individualizar lugares ou populações de acordo com sua capacidade de satisfazer suas necessidades básicas. O suposto é que, por meio da renda pode-se aferir tal capacidade. (CARNEIRO, 2005, p.69)

Do ponto de vista das políticas públicas torna-se necessário utilizar outros parâmetros que não a renda para medir a pobreza. Se o foco permanece nessa única dimensão, a solução privilegiada consiste em aumentar a renda, com ênfase no crescimento econômico ou na adoção de medidas simples de transferência de renda.

O conceito de pobreza surge a partir das críticas quanto à insuficiência do enfoque da renda e afirmam a existência de variáveis não monetárias que influem na condição de pobreza, tais variáveis abrangem um grande leque de possibilidades que dizem respeito a acesso aos serviços básicos como: educação, saúde, habitação, transporte etc. A pobreza é definida como privação de capacidades, sendo pobres aqueles que carecem de capacidades básicas para operarem no meio social. Uma consideração a se extrair das experiências em cursos é que o combate à pobreza exige soluções diferenciadas, que vinculem capacidades e oportunidades.

A perspectiva de base é que as políticas voltadas para sua redução devem concentrar-se na oferta de ferramentas e oportunidades para

o desenvolvimento de capacidade e habilidades dos pobres para que possam, também por seu esforço, comprometer-se com seu processo de desenvolvimento e ter acesso aos sistemas e circuitos sociais e econômicos formais (RACZYNSKI, 1999 apud CARNEIRO, 2005, p.81)

Uma visão da pobreza do ponto de vista das oportunidades e das relações sociais tem como consequência à ênfase em programas que atuem num contexto em que vivem os pobres, dirigidos para aumentar as oportunidades locais e capacidades do indivíduo e domicílios.

Uma vez que o enfrentamento das situações de exclusão demanda alteração de comportamento e atitude por parte do público-alvo, é necessária sua adesão aos programas de transferência de renda, um efetivo envolvimento e compromisso dos indivíduos com sua trajetória e processo de reintegração. Programas que demandam modificações no comportamento dos indivíduos exigem alta interação entre os agentes públicos e os usuários. É o caso de políticas voltadas para grupos extremamente vulneráveis e dentro de uma concepção que reconhece dimensões materiais e subjetivas no fenômeno da pobreza.

A pobreza é tanto um desafio para conhecimento quanto um desafio para as políticas públicas. O conhecimento produzido sobre esse problema social tem uma característica importante, porque além de ser legitimado pelo critério da verdade, deve ser um conhecimento útil para inspirar a intervenção, usando para aumentar o impacto possível das políticas públicas, ao fornecer insumos para subsidiar o processo de decisão e de construção sobre alternativas.

Ao definir o que é pobreza, estabelecer certo marco de visão sobre o problema, suas características e dimensões, ao estabelecer conceitos que vão pautar a construção de indicadores para mensurar o problema e a focalizar os grupos de pobres e alvos das políticas, o conhecimento que se produz alimenta e constrói a própria realidade da pobreza. Tem-se que o crescimento econômico é necessário, embora também não suficiente para a redução e superação da pobreza. Para que a população pobre tenha condições de incrementar sua renda, é necessário um ambiente favorável à geração de emprego e renda que exista dinamismo econômico capaz de gerar impactos positivos sobre a população pobre. Entretanto, dada à alta taxa de desigualdade, o crescimento da produção pode não levar necessariamente à redução da pobreza.

A prioridade de redução da exclusão e da desigualdade deve ser uma preocupação constante das políticas econômicas, da mesma forma que a estabilidade e o crescimento econômico. Trata-se de reforçar os vínculos entre políticas econômicas e políticas sociais, de aproximar os objetivos sociais e inseri-los no âmbito das estratégias de desenvolvimento econômico. Ao remeter a um problema coletivo, que diz respeito a toda sociedade e, principalmente, à forma como as sociedades estão estruturadas, uma visão estratégica de superação da pobreza não a considera como paisagem, como algo externo a um mundo propriamente social; mas ultrapassa a idéia de mínimos de sobrevivência, que remete a um estado regido unicamente pelas leis da vida e da morte e insere a discussão sobre pobreza na dimensão dos direitos, que remetem fundamentalmente os princípios de igualdades, e que interpela para responsabilidades coletivas para sua superação.

E nesse âmbito de questões a pobreza não é algo que diz respeito a setores específicos das políticas sociais, especificamente ao campo da assistência social. A assistência social não pode estar destinada aos não cidadãos, orientada para “minorar”, as desgraças ou ajudar os pobres a “sobreviver na miséria” (TELLES, 1999 apud CARNEIRO, 2005, p.87).

Reconhecer a pobreza como problema social e identificar grupos de pessoas em situação de privação exigem respostas por parte do conjunto da sociedade, sob pena de sucumbir diante dos riscos advindos da manutenção da pobreza e de novas formas de exclusão social.

Uma mudança de fundo deve se processar no campo das subjetividades individual e coletivo, para que a desigualdade não seja tolerada como paisagem (TELLES, 1999 apud CARNEIRO, 2005, p.87-88) ou como parte da ordem natural das coisas, porque não são. Nossos conhecimentos e os recursos que temos em mãos são suficientes para uma mudança substantiva nos padrões de integração social. Cabe, entretanto, usar esse conhecimento de forma prudente e estratégica, para uma vida descente e sustentável para as gerações futuras, o que exige repensar nas condutas e estratégias de ação. Tais questões situam-se, a rigor, fora do terreno da ciência. Mas essa questão se coloca aqui de forma contundente, vez que dizer da pobreza e de formas perversas de exclusão exige repensar as bases de nossa existência social, de nossos valores e prioridades.

Nesse sentido, se faz pertinente no presente trabalho resgatar a Política Pública de Assistência Social para a compreensão dos direitos sociais.

1.1 Política Pública de Assistência Social

A incorporação da Assistência Social como política social pública é muito recente na história brasileira, apesar de vir sendo tratada no interior das outras políticas sociais desde a década de 30, é apenas no final dos anos 80, com a promulgação da nova Carta Constitucional, é que a mesma ganhou estatuto de política. O artigo 194 da Constituição Federal de 88, a integra à Seguridade Social³, ou seja, passa a ser assumida como uma responsabilidade do Estado e materializa-se juridicamente como um direito social que, conforme o Artigo 203 *“será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à Seguridade Social”*.

A Assistência Social é uma política de proteção social não contributiva que visa garantir direitos sociais aos cidadãos que dela necessitam como afirma Yazbek;

(...) a Política Social permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida social, econômico, cultural, político, ambiental, entre outro. E nesse sentido que a política publica deve estar voltada para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado. (YAZBEK, 2004, p.9-10)

A inserção da Política de Assistência Social na matriz da Seguridade Social em sintonia com a Saúde e a Previdência Social, aponta seu caráter de política de proteção social que se traduz em garantia de seguranças sociais e a segurança de sobrevivência (com autonomia e renda); acolhida e convívio familiar e social (Política Nacional de Assistência Social- (PNAS), 2004).

A Política de Assistência Social tem como objetivo proteger a família, a gestante, a criança e o adolescente, as pessoas com deficiência, os idosos (LOAS, cap. 1, art.2º), e as pessoas em situação de vulnerabilidade social. O público usuário da Política de Assistência Social é, de preferência, composto por pessoas que estão fora do sistema de segurança social obtidos pela via do trabalho, do usufruto das políticas públicas (saúde, educação, cultura, habitação, saneamento, esporte, etc.) e da inserção em sociabilidade sócio familiares.

³ Fazem parte do chamado tripé da Seguridade Social: Assistência Social, Previdência Social e a Saúde.

Apesar de ser um direito que independe de contribuição, ela é financiada por toda a sociedade, de forma direta ou indireta, visto que uma das fontes é o Tesouro Nacional, com recursos provenientes das quatro esferas de governo: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Evidentemente que compõem também tais recursos os impostos embutidos nos transportes, vestuários, alimentos, dentre outras. Nesse sentido, o cidadão assistido pela Política de Assistência Social também contribui para seu financiamento.

Conforme já enunciada a Assistência Social opera serviços de proteção para aqueles que se encontram excluídos das políticas sociais, das oportunidades de acesso ao trabalho e renda, a bens e serviços produzidos pela sociedade e, ainda, das formas de sociabilidade familiar, comunitária e societária (PNAS, 2004).

Os usuários da Assistência Social constituem hoje um grupo misto de famílias ou pessoas empobrecidas, em crise de sobrevivência, vivendo sem renda ou com recursos insuficientes, em situação precária de moradia, crianças e adolescentes em risco social e pessoal, pessoas em situação de rua, pessoas com necessidades especiais sem apoio familiar e vítimas de conjunturas ou eventos que comprometem a sobrevivência digna.

O parágrafo único do artigo 2º da LOAS assim expressa,

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

A partir da Constituição de 88, a Assistência Social se constitui como política social pública, sendo regulamentada pela LOAS em 1993, e adquire um caráter de direitos dos cidadãos, da universalização dos acessos e responsabilidade estatal (YAZBEK, 1996, p.74).

A LOAS significou uma evolução para o campo da Assistência Social, com a divisão da responsabilidade entre os três entes federados, com a proposta de romper com as ações pulverizadas e fragmentadas.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é a expressão material do artigo constitucional, que garante o direito de Assistência Social, a todos que dela necessitarem. Em consonância com o Art. 1º da LOAS, trata-se de uma:

Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais e é realizada através de um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Lei Nº 8.742, In, CRESS 7ª RA).

Esses avanços tiveram maior ênfase com a PNAS, aprovada na IV Conferência da Assistência Social- SUAS.

Assim a Assistência Social se configura como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários, espaço de seu protagonismo e exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob a vigilância do Estado, cabendo a estes a universalização da cobertura das garantias de direitos e acessos para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. (YAZBEK, 2004, p.1)

Para tanto o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consiste na organização em todo território nacional das ações socioassistenciais, a hierarquização dos serviços por níveis de complexidade e porte do município. Tem como eixo estruturante; a matricialidade sóciofamiliar; a descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil: financiamento; controle social, e o desafio da participação popular na política.

O SUAS prevê a organização da assistência em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Especial de Média e Alta Complexidade.

Entende-se por proteção social de Assistência Social um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pela SUAS para redução e prevenção do impacto das variações sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana, à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (PNAS, 2004).

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) está inserido na proteção social básica, sendo considerada “a porta de entrada” para o SUAS. O CRAS é uma nova estrutura dentro da gestão da política de Assistência Social, e também é um recente espaço de intervenção do Assistente Social, onde se dá o nível de Proteção Social Básica, os serviços de Proteção Social Básica objetivando processar inclusão de grupos em situações de risco social nas políticas públicas, no mundo do trabalho e na vida comunitária e societária; previne situações de risco e fortalece os vínculos familiares e comunitários; executada de forma direta nos

CRAS, localizados em áreas de vulnerabilidade social; atua no contexto comunitário e familiar e organiza a rede de serviços locais; processa a inclusão nos serviços das demais políticas públicas; serviços de referência para escuta, informação, apoio psicossocial, defesa e encaminhamento monitorados; informa e orienta a população; potencializa a família e a comunidade.

Quanto ao nível de Proteção Social Especial, este se apresenta no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) integrante do SUAS, constitui-se numa unidade pública estatal, pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade, responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva.

A Proteção Social Especial é uma modalidade de atenção assistencial destinada a indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas, de situação de rua, situação de trabalho infantil, (violação de direitos); requer acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas e comportam encaminhamentos monitorados; tem uma estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo uma gestão, mais complexa e compartilhada, com Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos; tem níveis de complexidade: média (no que tange direitos violados/ vínculos familiares e comunitários que não foram rompidos); e alta (refere-se ao atendimento à famílias e indivíduos que se encontram sem referências/situação de ameaça que necessitam ser retiradas de seu núcleo familiar/comunitário; oferta serviços de abrigo de longa ou curta duração e serviços de acolhimento e atenção psicossocial especializados destinados a criar vínculos de pertencimento e possibilidades de reinserção social.

Desta forma, a Proteção Social Básica e Especial, são políticas públicas de maior importância como garantia permanente de vida digna e inclusão social. Para tanto, estes serviços devem ser articulados a fim de garantir a efetivação dos encaminhamentos necessários.

Em articulação dessa política pública, surgiram os Programas de Transferência de Renda, de modo a atender as necessidades dos usuários, esses

programas fazem parte da proteção social básica e podem ser executados no CRAS/ ou Entidades conveniadas.

Em continuidade com a Política Pública de Assistência Social iniciaremos o próximo subtítulo com a trajetória de implantação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil.

1.2 Os Programas de Transferência de Renda: Inserção no contexto do sistema Brasileiro de Proteção Social

Os marcos iniciais de constituição de um sistema de proteção social no Brasil situam-se no período compreendido entre 1930 e 1943. Trata-se de um período marcado por grandes transformações socioeconômicas, pela passagem do modelo de desenvolvimento agro-exportador para um modelo urbano-industrial.

Nesse mesmo contexto, ocorre também um profundo reordenamento no que diz respeito às funções do Estado Nacional, quando o Estado passa a assumir, mais extensivamente, a regulação ou provisão direta no campo da educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição, habitação popular, saneamento, transporte coletivo (NEPP, 1994, apud SILVA e SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2006, p.22).

Nesses marcos, ressalta-se que o Estado, no Brasil, foi sempre o principal sujeito na produção do desenvolvimento econômico. Todavia, mesmo priorizando o mercado, se constitui também numa fonte de solidariedade social, assumindo o papel de promotor da comunidade de interesses e de responsável pela promoção do bem-estar social. Nesse contexto, o padrão de cidadania desenvolvido tinha por base o mercado de trabalho, rigidamente controlado pelo Estado. Ser cidadão significava ter carteira de trabalho assinada e pertencer a um sindicato, ou seja, forjou-se uma Cidadania Regulada⁴ (SANTOS, 1987 apud SILVA e SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2006, p.22), restrita ao meio urbano, numa sociedade marcada pela fragilidade de disputa entre interesses competitivos.

O sistema de Proteção Social avançou rumo a sua consolidação e expansão durante as décadas de 1970 e 1980, sob a orientação do autoritarismo da ditadura

⁴ Cidadania Regulada entendeu o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal, significa ter carteira de trabalho assinada.

militar, fazendo com que a expansão dos programas e serviços sociais passasse a funcionar como compensação à repressão e ao arbítrio, aliada à grande demanda posta na conjuntura anterior.

Ampliaram-se os programas sociais como uma espécie de compensação pela repressão aberta direcionada aos movimentos sociais e ao movimento sindical.

Silva e Silva, Yazbek, Giovanni (2006, p.22) ressaltam que:

“Todavia, a estratégia de controle social por parte do Estado, via programas sociais, não impediu a rearticulação da sociedade civil, sobretudo a partir de meados da década de 1970, verificando-se forte eclosão dos denominados “novos movimentos sociais” e a estruturação do que se convencionou chamar de “sindicalismo autêntico”, além do reordenamento dos partidos políticos com estruturação de novos partidos, entre esses o Partido dos Trabalhadores (PT), o movimento autêntico do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), dos partidos, então, clandestinos da esquerda, além da intensa atuação da igreja (SILVA e SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2006, p.22).

O conteúdo desse movimento é assimilado pela Constituição Brasileira de 1988, com a instituição do conceito de Seguridade Social como já referido que incorporou a Assistência Social, junto com a Previdência Social e a Saúde, enquanto políticas constitutivas da Seguridade Social no país.

Essa dinâmica social tinha como elemento mobilizador novas demandas sociais, num movimento de alargamento da concepção de cidadania.

Esse processo de ampliação de direitos sociais rumo à universalização, que se construiu no âmbito do avanço da democratização da sociedade brasileira, passou a ser fortemente combatido e interrompido durante toda a década de 1990, quando o Governo Brasileiro passou a adotar, tardiamente, o chamado projeto de desenvolvimento econômico, sob a orientação da ideologia neoliberal, na busca de inserção do Brasil na chamada competitividade da economia globalizada. Registra-se também forte reação das elites conservadoras no Congresso, impedindo a regulamentação dos direitos sociais indicados na Constituição de 1988.

A opção pelo ajuste econômico no Brasil, como em outros países, sobretudo nos denominados emergentes, teve como conseqüência a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento do valor da renda do trabalho, com conseqüente ampliação e

aprofundamento da pobreza, que se estende, inclusive, para os setores médios da sociedade.

Segundo a autora Draibe (1995 apud SILVA e SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2006, p.23) estudos revelam que se chega aos anos 1990 com um Sistema de Proteção Social marcado por superposições de objetivos, competências, clientelas-alvo, agências e mecanismos operadores; instabilidade e descontinuidade dos programas sociais; insuficiência e ineficiência, com desperdício de recursos; distanciamento entre formuladores de políticas e beneficiários; ausência de mecanismos de controle e acompanhamento de programa. Além do avanço de um movimento de privatizações das políticas sociais mediatizado por nefasta articulação do Estado com o setor privado lucrativo, principalmente no que se refere às políticas de educação, saúde e habitação.

Nesse contexto, a questão social⁵, enquanto produto da luta política, coloca na agenda pública, novos conteúdos expressos, sobretudo, pelo que passou a se considerar novas formas de exclusão social e econômica, cujo eixo centralizador é representado pelas profundas transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, enquanto produto, principalmente, de dois fenômenos constitutivos das transformações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho na sociedade contemporânea: o aumento do desemprego estrutural associado à precarização do trabalho e as mutações no perfil do trabalhador requerido pelo mercado capitalista globalizado e competitivo.

Conseqüentemente tem-se, um processo que inviabiliza o que se considerava trabalho estável e seguro, representado pela carteira assinada e pela proteção de riscos e contingências sociais, assegurados pelo Estado de Bem-Estar⁶ dos países de economia desenvolvida, e pelos precários Sistemas de Proteção Social, engendrados nos países em desenvolvimento. Tem-se o incremento das chamadas ocupações terceirizadas, autônomas, temporárias, instáveis e de baixa remuneração e o avanço do já superdimensionado mercado informal de trabalho,

⁵ Questão social aqui entendida como expressão das relações sociais. Nesse sentido, circunscreve-se num campo de disputas, pois diz respeito à desigualdade econômica, política e social entre as classes sociais na sociedade capitalista, envolvendo a luta pelo usufruto de bens e serviços socialmente construídos como direitos, no âmbito da cidadania.

⁶ Estado de Bem- Estar Social (em inglês Welfare State) é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado (nação) como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população.

que caracterizava as sociedades de capitalismo periférico⁷, desempenhando papel funcional à reprodução e ao desenvolvimento da economia capitalista desses países.

Acrescenta-se a esse processo de flexibilização das relações de trabalho, o desmonte dos direitos sociais trabalhistas consagrados na Constituição Federal de 1998. Esta passa a ser considerada instrumento inviabilizador da inserção do Brasil na economia, no Estado e no Sistema Brasileiro de Proteção Social durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Esse aspecto foi retomado, em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sustentado por uma ampla aliança integrada pelo Partido dos Trabalhadores, que se constitui sujeito fundamental na luta social pelo avanço das conquistas sociais dos anos 1980, no Brasil.

O exposto sugere que o enfrentamento da pobreza no país vem sendo orientado por uma lógica, de um lado, representada pela adoção de um conjunto desarticulado, insuficiente e descontinuo de programas sociais compensatórios, que na década de 1990 passam a se orientar pelos princípios da 'focalização', da 'descentralização' e da 'parceria' assentados no ideário neoliberal, tudo movido pela ideologia da 'solidariedade' e da reedição da filantropia e da caridade, agora estendida ao âmbito empresarial. De outro lado, é mantido o Modelo Econômico baseado na sobre-exploração do trabalho e na concentração da riqueza socialmente produzida, cuja expressão é o aumento do desemprego, o incremento do trabalho instável e precarizado; a diminuição da renda do trabalho e a conseqüente expansão da pobreza. (SILVA e SILVA ; YAZBEK e GIOVANNI, 2006, p.27)

Dessa forma, como um dos mecanismos ofertados pelo estado, no combate a pobreza, as primeiras discussões sobre os Programas de Transferência de Renda (PTR) é de autoria do economista Antonio Maria Silveira⁸, o qual se fundamentou nas teses de Milton Friedman⁹ (preconizadas no livro *Capitalismo e Liberdade/* Universidade de Chicago), publicando em 1975 na *Revista Brasileira de Economia*, o

⁷ As nações que conformam a periferia do capitalismo mundial não registram idêntica trajetória de avanços na proteção social e trabalhista como observada em alguns poucos países desenvolvidos durante o século xx.

⁸ Antonio Maria da Silveira, economista brasileiro, professor da Escola de pós-graduação de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, é um dos precursores das discussões relativas aos Programas de Transferência de Renda no Brasil.

⁹ Milton Friedman é um conceituado economista internacional, tido como um dos pioneiros nas discussões e estudos, referentes aos Programas de Transferência de Renda no mundo, defendendo-os como um mecanismo voltado a promoção de uma renda mínima garantida para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

artigo sob o título “Redistribuição de Renda”. Segundo Silveira (1975 apud SILVA e SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2006, p.42) a Economia Brasileira da forma como estava estruturada não atendia as necessidades de sobrevivência de todos, nem mesmo daqueles que estavam no mercado de trabalho, a relação entre crescimento econômico e bem – estar, simplesmente inexistia.

De acordo com esse cenário, um gradual, porém consistente combate à pobreza se exigia da intervenção governamental. Nesse sentido, o economista Antonio Maria da Silveira, fundamentado em Friedman (1962), apresentou a proposta baseado no Imposto de Renda Negativo¹⁰.

Os autores Silva e Silva; Yazbek e Giovanni (2006, p.87-88), ressaltam a proposta da seguinte forma:

[...] seria uma transferência monetária proporcional à diferença entre um nível mínimo de isenção e a renda auferida pelo pobre [...], ou seja, uma proposta que preconiza uma transferência monetária para trabalhadores que tenham uma renda anual abaixo de um patamar previamente fixado, sendo que os trabalhadores que apresentam um montante de renda acima do fixado deveria pagar imposto de renda. Significa que se trata de um programa destinado a trabalhadores que estejam auferindo alguma renda do trabalho. Ademais, o montante transferido deverá ser o mínimo possível para não desestimular, segundo seriam idealizadores que se orientam por uma perspectiva de caráter liberal, o indivíduo na busca de se inserir no mercado de trabalho.

Preconizava-se, assim, um “programa governamental”, de implantação progressiva, direcionado ao indivíduo pobre e não enquanto membro de um grupo específico determinado. A proposta que desencadearia na constituição dos PTR no Brasil, latentemente fomenta o fortalecimento do sistema capitalista, com vistas a dar legitimidade ao projeto de democracia do Brasil, pois destacava a relevância da redistribuição da renda como condição para sobrevivência da democracia política, que quer um limite no nível de desigualdade e miséria.

Sob tal perspectiva, vários autores e dirigentes políticos, aperfeiçoam essa proposta levantada primeiramente por Silveira, e defendem que o enfrentamento das situações de miséria e elevada desigualdade seria possível através da complementação de renda, dos segmentos subalternizados, baseando-se no

¹⁰ Da mesma maneira que as pessoas que ganham além de certo patamar pagam uma proporção de seus rendimentos ao governo, na forma do Imposto de Renda, aquelas que ganham menos passariam a ter o direito de receber uma proporção da diferença, 50%, entre aquele patamar e o seu nível de rendimento. Daí porque o nome Imposto da Renda Negativo. (SUPLICY, 1991).

Imposto de Renda Negativo, e deveria ser financiada pelos 10% mais ricos da população. A complementação monetária deveria considerar o nível mínimo de renda, tendo por base o tamanho da família.

Contudo, tais apontamentos, contribuíram para a formulação do Projeto de Lei nº. 80/1991, que propõe a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), apresentado ao Senado Federal pelo Senador por São Paulo, Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores.

[...] “Os programas de transferência de renda são apontados por Suplicy como possibilidade concreta, simples e objetiva de garantia do direito mais elementar do ser humano, o direito á vida, mediante uma justa participação da riqueza socialmente produzida”. (SILVA e SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2006, p.34)

[...] Uma vez instituído, o Programa de Garantia de Renda Mínima ou Imposto de Renda Negativo poderia substituir outros programas governamentais. Por ser mais abrangente e eficaz, substituiria programas de distribuição de certos tipos de bens como os realizados pela Legião Brasileira de Assistência, freqüentemente vinculados a interesses político-eleitorais. (SUPLICY, 1991)

O esforço de sistematizar o desenvolvimento do processo histórico de construção dos programas de transferência de renda no Brasil inicia-se então em 1991 quando foi aprovado por unanimidade no senado federal, o Projeto de Lei nº. 80/1991 do Senador Suplicy.

A partir de então, inicia-se uma longa trajetória, em relação à constituição dos PTR no Brasil, marcada por especificidades concernente aos governos brasileiro, compreendidos de 1995 a 2001. Representado por um numero elevado de programas de iniciativas municipal, estadual e federal, visando por fim a unificação dos PTR, dispersos nos três níveis de governo.

Entretanto, o contexto econômico brasileiro do inicio da década 1990 é tido como o período de maior crise recessiva desde 1930. Segundo Silva e Silva; Yazbek e Giovanni (2006, p.119), toda a atenção do governo e opinião publica estava voltada para o combate à crescente inflação e para os problemas decorrentes do endividamento externo. Enfocava-se as atenções com o crescimento econômico e com uma política de exportação em detrimento de qualquer possibilidade de se implantar políticas de enfrentamento à pobreza e de redistribuição de renda, visto

que, a superação da pobreza era vista como decorrência da estabilidade da moeda e crescimento econômico. As autoras anteriores ressaltam que:

Essa conjuntura começou a ser alterada em 1992, com a instituição do Movimento Ética na Política, desencadeando o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo e colocando na agenda pública a temática da fome e da pobreza. [...] destaca-se nesse cenário a Campanha de Betinho, a qual foi incorporada pelo governador Itamar Franco, em 1993, denominada de Plano de Combate à Fome e à Miséria. (SILVA e SILVA; YAZBEK E GIOVANNI, 2006 p.89)

É no âmbito dessa nova agenda política, que se resgatam as discussões sobre os PTR, relacionando-os com a educação. Preconizava-se uma proposta de política social que, em curto prazo, amenizasse a pobreza, e em longo prazo, reduzisse a sua reprodução.

Pode-se ressaltar que nesse primeiro momento a proposta problematizada por Suplicy em relação aos PTR, é fortemente criticada por José Marcio Camargo¹¹, o qual sugere mudanças no conteúdo desse tipo de programa e enfatizando que se deveria atentar mais para o fato dos PTR acabarem por incentivar o trabalho informal do público que por ele será atingido.

Todo debate promovido nesse segundo momento contribuiu para articular profundamente o repasse monetário, indicado nas propostas de transferência de renda com a educação. Sob o entendimento de que era extremamente oneroso para a família pobre mandar seus filhos para a escola, haja vista, se constituírem como mão-de-obra necessária para a constituição da renda familiar e como também se apresentar de extrema relevância que a deficiência da formação educacional, enquanto fator limitante do incremento da renda das novas gerações propicia um ciclo vicioso que faz com que a pobreza de hoje determine a pobreza de amanhã.

Diante de tal perspectiva, é que se defendeu que os PTR em consonância com a educação (gênese Bolsa Escola¹²), criariam condições de romper com o ciclo vicioso da pobreza. Assim, o debate de constituição e instituição dos PTR no Brasil,

¹¹ José Camargo é Professor Titular do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - Rio e escritor do Jornal Folha de São Paulo (em 15/05/1995, escreveu “os miseráveis” e em 26/01/1991 escreveu “pobreza e garantia de renda”).

¹² Bolsa Escola, hoje em 2011 com o nome Programa Bolsa Família, tem como condicionalidade o cumprimento da educação, ou seja, participação obrigatória na rede de ensino.

traria um novo patamar, introduzindo a unidade familiar ao invés de apenas o indivíduo, como beneficiário dos PTR no país.

O terceiro momento, considerado em relação aos debates sobre os PTR, deu-se em 1995, analisado e impulsionado a partir das experiências municipais nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto (no estado de São Paulo) e em Brasília (Distrito Federal). É nesse período que a formulação de um PTR, desencadeia o processo de implantação, nesse sentido, a sua operacionalização ultrapassa uma condição teórica de enfrentamento a pobreza e se constitui numa alternativa de política social.

É oportuno ressaltar, que a retomada do crescimento econômico e da estabilização da moeda, vinham ocorrendo desde 1993 e 1999 (com a implantação do plano real). De acordo com Silva e Silva; Yazbek e Giovanni,

[...] Essa nova conjuntura colocou ao governo de Fernando Henrique Cardoso, no seu 1º mandato iniciado em 1995, a prioridade absoluta, de dar continuidade à estabilização da economia, cuja preocupação central era inserir o Brasil na economia globalizada. Para isso, esse governo assumiu definitivamente uma política neoliberal, imprimindo novos rumos para o trato da questão social, especificamente da pobreza. (SILVA e SILVA; YAZBEK E GIOVANNI, 2006, p.91)

Nesse sentido, o Plano de Combate à Fome e à Miséria, de Itamar Franco, é substituído pelo Programa Comunidade Solidária ligado à casa civil e se baseava na focalização conservadora, que se orientava pela concentração do combate à pobreza em alguns municípios (os mais miseráveis).

O desenvolvimento dos PTR no Brasil engendrou-se de modo residual, sob uma conjuntura que desprezava o mínimo do mínimo¹³ em relação às ações voltadas ao enfrentamento das expressões da questão social¹⁴. Na medida, que a principal prioridade era a manutenção da estabilidade econômica, fundamentada sob o prisma que a redução da pobreza e o trato da questão social são variáveis que dependem do êxito do campo econômico, sendo assim, subjugou-se inteiramente a

¹³ Os mínimos sociais referem-se a um conceito sócio-histórico, portanto, dinâmico, relativo, sócio-econômico, ético e político. Não é exclusividade da política de assistência social, tão pouco endógeno a ela. São influenciados pelo grau de desenvolvimento econômico e social, pela cultura, e pela ética do Estado e da sociedade.

¹⁴ As expressões ou os efeitos da questão social no Brasil podem ser compreendidos nas desigualdades e nas exclusões sociais, que se revelam no pauperismo, no desamparo, na violência pessoal e social, na subversão e no desemprego.

área social perante a econômica, considerando que o sucesso desta propiciaria automaticamente a funcionalidade daquela.

Concomitantemente a ânsia por estabilização econômica, gerou elevados índices de desemprego; precarização das relações de trabalho; aumento da violência; elevados índices de trabalho infantil e automática elevação da pobreza, processo conseqüente em razão da adoção de políticas liberais de ajuste estrutural.

O quarto momento, identificado de discussão sobre os PTR, deu-se em 2001, já no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002), esse período marcou-se pela proliferação de programas de iniciativas do governo federal, com implementação descentralizada em nível municipal.

A extensão dos PTR no país, por iniciativa federal, estadual (como o renda cidadã e o ação jovem – SP) com implantação descentralizada nos municípios, se constituíram nos últimos anos em termos de abrangência de Política Social Brasileira, como uma grande rede nacional de proteção social, a qual abrange quase todos os 5.561 municípios brasileiros.

Com o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva (mais precisamente em 2003), inicia-se o quinto momento da discussão e desenvolvimento histórico dos PTR no Brasil. Nesse período, fomentou-se mudanças quantitativas, mas, sobretudo qualitativas na direção da construção de uma política pública de transferência de renda.

Alguns aspectos merecem destaque, nesse período:

1. Lula ao assumir a presidência, indicou como prioridade o enfrentamento à pobreza e à fome, inserindo tais questões na agenda pública, fortalecendo a concepção de que as políticas sociais são relevantes mecanismos de enfrentamento à pobreza, desde que articuladas com a política econômica. Nesse sentido, as ações voltadas à redistribuição de renda no país, foram fortemente conclamadas;
2. Iniciou-se o processo de unificação dos PTR, a partir de julho de 2003, onde os quais Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação transmutaram-se no Bolsa Família;
3. Ocorreu também a elevação dos recursos orçamentários destinados aos PTR;
4. A criação em janeiro de 2004, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o qual representou o esforço de unificação dos dois

ministérios da área social, o da Assistência Social e o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Diante do exposto, Silva e Silva, Yazbek, Giovanni (2006, p.95), afirmam que:

[...] o processo de desenvolvimento histórico da Política Social brasileira rumo à construção de uma Política Pública de Transferência de Renda, evidencia que os programas de transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias, representam elementos centrais na constituição atual do Sistema Brasileiro de Proteção Social, mormente da política de assistência social.

Contudo, ante o agravamento e urgência de respostas às expressões da questão social, é que as iniciativas referentes à transferência de renda parecem sinalizar um consenso em torno da sua importância e validade no conjunto das políticas sociais.

A tendência prevalecente da transferência de renda apontada pelas políticas sociais, embora, seja uma proposta pertinente, e apresenta considerável relevância como estratégia de enfrentamento da pobreza, se inscreve em um terreno polêmico de tensões, dilemas e desafios – pautado por um conjunto de questões conceituais, operacionais e políticas que exigem um desvelamento crítico para se mensurar e/ou vislumbrar a real efetividade ou funcionalidade desses PTR na atualidade, enquanto mecanismo de enfrentamento à pobreza.

Em seguida finalizaremos o presente capítulo apresentando o foco da nossa pesquisa o Programa de Transferência de Renda, Renda Cidadã.

1.3 O Programa Renda Cidadã

Com o propósito de implementar as políticas públicas de apoio à família, estabelecidas pelo Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) instituiu, em setembro de 2001, o Programa Renda Cidadã (RC), um PTR, que visa preconizado pela PNAS de novembro de 2004, garantir a segurança de sobrevivência do indivíduo/família (de rendimento e de autonomia), não se apresentando como uma compensação do valor do salário-mínimo, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho

ou de desemprego. É o caso das pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para a sua reprodução social em padrão digno e cidadão.

Assim, este PTR surge com o propósito de enfrentar o processo de empobrecimento de uma parcela significativa da população, que tem alterado profundamente a estrutura da família, seu sistema de relações e os papéis desempenhados, pois um grande número de famílias vivencia processo de vulnerabilidade em decorrência do desemprego ou subemprego, falta de qualificação profissional, analfabetismo, situação precária de saúde, falta de moradia ou moradias precárias, falta de saneamento básico, violência, dependência química, separações e perdas na família, migração, assentamentos e reassentamentos.

O Programa RC é um benefício de concessão temporária, destinado as famílias com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo. Com o objetivo de promover ações complementares e conceder apoio financeiro temporário direto a família, visando à auto-sustentação e a melhoria na qualidade de vida da família beneficiária do programa.

No que se refere aos gestores do programa cabe a SEADS o papel de normatizar, coordenar, monitorar, avaliar e assessorar os parceiros na operacionalização do programa.

As prefeituras municipais e entidades sociais (parceiros) organizam o foco territorial de atendimento, inscrevem as famílias de acordo com os critérios do programa, selecionam as famílias inscritas de acordo com os critérios estabelecidos, efetuam o cadastramento das famílias selecionadas no sistema Pró-Social¹⁵ e realizam as atividades complementares com as famílias beneficiadas.

Todavia, os documentos necessários para a inscrição no programa são os seguintes: documento original de identidade do titular responsável pela família; documento original de cada integrante da família (RG, CPF, Carteira de Trabalho ou Certidão de Nascimento); comprovante de residência; comprovante ou declaração de renda familiar; comprovante de matrícula de frequência no ensino fundamental, das crianças e adolescentes com idade entre 6 (seis) e 15 (quinze) anos e

¹⁵ Um sistema que utiliza avançados recursos da tecnologia de informação e centraliza os dados sobre ações sociais realizadas no Estado de São Paulo. Por meio da internet, o sistema possibilita o compartilhamento de informações, a coordenação das ações, a simplificação dos procedimentos administrativos e o aumento da eficiência da política social.

comprovante de carteira atualizada de vacinas das crianças de até 7 (sete) anos de idade.

O valor do benefício é de R\$80,00 (oitenta reais) /mês por família, o período de permanência no programa totaliza 36 meses, mediante avaliação do gestor municipal, que a cada período de 12 meses, deverá avaliar as condições e critérios para a permanência no programa.

O saque do benefício é realizado na agência do Banco do Brasil, que presta o serviço de emitir os cartões magnéticos, e efetuar o pagamento em dinheiro.

A abrangência territorial totalizada em 644 municípios do Estado de São Paulo.

Para que as famílias possam participar deste programa devem estar dentro de critérios, tais como: família com o Índice de Vulnerabilidade Social Familiar (IVSF) mais alto; família com a menor renda per capita; família chefiada por mulher; maior número de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 (dezoito) anos; membro da família cumprindo medida socioeducativa; família integrada por pessoa com necessidades especiais e/ ou incapacitada para a vida independente e para o trabalho, ou idoso com mais de 60 (sessenta) anos; família composta por pessoa egressa do sistema penitenciário ou em situação de privação de liberdade.

Também existem alguns critérios para que a inclusão das famílias se de, no RC: comprovar ou declarar renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo; apresentar comprovante ou declaração de endereço onde possa ser localizada; quando houver presença de criança e adolescente com idade entre 6 (seis) e 15 (quinze) anos, deverá ser comprovada a matrícula e freqüência no ensino fundamental, mediante documentação emitida por órgãos municipais, estaduais ou privados de educação; quando houver presença de criança de até 6 (seis) anos, apresentar carteira de vacinação atualizada.

1.3.1 Ações Complementares:

As Ações Complementares são atividades organizadas e regulares de iniciativa pública e/ou privada, com a função de ampliar a oportunidade de desenvolvimento de proteção e de inclusão social que somadas à transferência de renda favorecem o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários, para tanto temos o serviço Socioeducativo, que são reuniões de grupos de famílias mensais

organizadas por um Assistente Social/ou Psicólogo¹⁶, com o objetivo principal dos encontros e desenvolvimento de atividades para o fortalecimento da família dos vínculos familiares por meio de trabalho pautado pelas necessidades, expectativas e os desejos das pessoas. O grupo permite a família colocar e enfrentar seus problemas a partir de uma perspectiva coletiva. É um espaço não massificado, com a participação obrigatória e permite o início de uma ressignificação da experiência pessoal e social; O Apoio à Formação e Capacitação, ação que tem por objetivo promover a formação e/ou educação sócio-profissional para o trabalho coletivo ou individual; e por fim existe outra ação que é o Complementando RC, esta ação objetivando promover aos membros da família do Programa RC, cursos de qualificação profissional, possibilitando à família uma oportunidade para viver com seus próprios recursos. O Complementando RC deverá ser inserido pelo município no seu Plano de Assistência Social, como condição para o repasse de recursos financeiros pelo Estado.

Assim em nossa concepção o Programa RC no tocante dos indicadores sociais para avaliação dos resultados do programa, tem-se o retorno das crianças e adolescentes à escola; aumento da permanência na escola e diminuição dos índices de evasão escolar; melhoria da qualidade de vida; melhoria nas relações familiares/resgate de autoestima; diminuição do índice de mortalidade infantil.

De forma sintética essa é a constituição do Programa Renda Cidadã.

Como já indicado, o trabalho se delimitará na análise do Programa Renda Cidadã, no município de Taboão da Serra/SP, na Organização Solar dos Unidos, tornando imprescindível a sua caracterização.

¹⁶ O Assistente Social e o Psicólogo, são profissionais contratados pelos parceiros que fazem a execução do programa RC, tais como em órgãos como Organizações Sociais e CRAS.

CAPITULO II

O segundo capítulo contempla a apresentação do município de Taboão da Serra, suas políticas sociais de atendimento a população e sua localização junto aos municípios vizinhos. A caracterização sobre a infraestrutura do território de abrangência, onde a Organização Solar dos Unidos está inserida, fizemos também um resgate histórico sobre a Organização Solar dos Unidos, aonde foi realizada a nossa pesquisa de campo, seus trabalhos, projetos e a sua contribuição junto ao Serviço Social para o desenvolvimento do programa Renda Cidadã.

Figura 1 - Organização Solar dos Unidos.

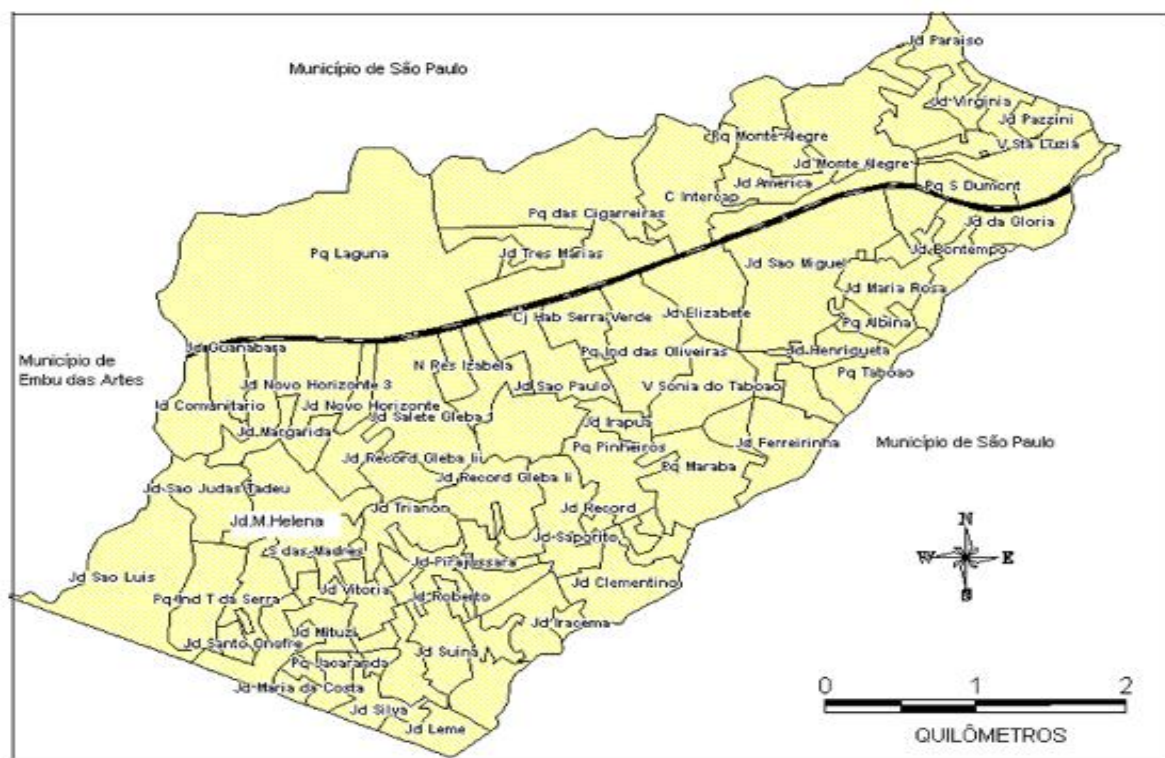


Fonte: Arquivo da Organização Solar dos Unidos Dez/2010. Reunião Sócioeducativa.

2 O MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA- SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

O município de Taboão da Serra – SP, Região Sudoeste, faz divisa com a capital, mais precisamente com o bairro de Campo Limpo, cidade de São Paulo e Embu das Artes. Localizada a 15 Km da Praça da Sé, muitas pessoas acreditam que para chegar em Taboão da Serra é "uma longa viagem", o que não é verdade, pois a cidade possui várias vias de acesso que dão todas as condições para um fácil deslocamento. Para quem vem de São Paulo existem três principais opções de acesso, a Avenida Francisco Morato é a mais conhecida e a mais rápida essa via é continuação da Avenida Rebouças. Outra opção é a Avenida Eliseu de Almeida, que também possui três pistas e um trânsito leve na maior parte do dia e a última opção é a Estrada do Campo Limpo. (Disponível em: <http://www.taboaoaserra.sp.gov.br/?s=460>, acesso em 12 de março de 2011). Taboão da Serra, conta hoje com uma população de aproximadamente 250.000 habitantes, sendo que mais de 70% deste é formada por uma população de baixa renda, em situação vulnerável, principalmente em relação às políticas públicas.

Figura 2 - Mapa do município de Taboão da Serra.



Fonte: <http://confins.revues.org/4053> acesso 18 de março de 2011.

Na área da Assistência Social, existem os serviços de Proteção Social Básica às famílias e indivíduos, encontrados nos 06 (seis) CRAS, e nas Organizações Sociais, a Prefeitura de Taboão da Serra implantou o CREAS em 2006, o primeiro a ser implantado entre as 12 cidades (Embu, Itapeçerica da Serra, Cotia, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi, Ibiúna, Mairinque, Santana de Parnaíba, Vargem Grande Paulista e São Roque) da Região Sudoeste.

O município de Taboão da Serra, conta com as Secretarias de: Administração; Assistência Social; Assuntos Jurídicos, Comunicação; Cultura e Turismo; Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda; Desenvolvimento Urbano Habitação e Meio Ambiente; Educação Ciência e Tecnologia; Esportes e Lazer; Fazenda; Governo; Manutenção; Segurança e Defesa Social; Obras Infraestrutura e Serviços Urbanos; Saúde; Transportes e Mobilidade Urbana e Gestão de Pessoas.

Ressaltamos ainda que no município existem os seguintes serviços: Serviço Especializado de Reabilitação (SER), Delegacia da Mulher e Coordenadoria da Mulher; Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) e Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas (CAPSad) e 01 (um) Conselho Tutelar.

Em Taboão da Serra as famílias em situação de vulnerabilidade social não ficam desamparadas, só no programa Bolsa Família são mais de 13 mil famílias cadastradas. Por mês, aproximadamente 15 mil pessoas são atendidas pelos programas de transferência de renda como Bolsa Família, Ação Jovem e Renda Cidadã.

Figura 3 - BR. 116, Centro de Taboão da Serra.



Fonte: <http://www.taboaodaserra.sp.gov.br/?s=11> acesso em 14 de março de 2011.

2.1. Caracterização sobre a infraestrutura do território de abrangência, aonde a organização Solar dos Unidos está inserida

A comunidade onde a organização Solar dos Unidos esta inserida na periferia da cidade, fica próximo ao Córrego Pirajussara, com uma infraestrutura inadequada de habitação, sofrendo constantes enchentes. (SOLAR DOS UNIDOS, 2008).

Ressaltamos que essa comunidade conta com os seguintes serviços: 01(um) Núcleo socioeducativo, junto ao CRAS Jardim Saporito, 05(cinco) escolas Estaduais, 03(três) escolas municipais, 01(um) posto de saúde Unidade Básica de Saúde. (UBS Parque Pinheiros).

Falta policiamento de qualidade, como bases comunitárias, Guarda Civil Municipal (GCM), quadra esportiva para entretenimento da comunidade, restritas as organizações que atuam na área. (SOLAR DOS UNIDOS, 2008)

O movimento comercial do bairro é intenso, embora sejam formadas por mercados de pequeno porte, restaurantes, bares e lojas. Não existe indústria na região.

A situação de desemprego é constante na região, por isso, muitos se encontram no mercado informal de trabalho há muito tempo. Algumas famílias são constituídas por mães chefes de família, com renda aproximadamente 02 (dois) salários mínimos.

2.2 Histórico do campo de pesquisa, Organização Solar dos Unidos

Fundada em 30 de dezembro de 1972, a associação de moradores do Jardim Clementino e Parque Iracema iniciou suas atividades a partir da necessidade de implementação de políticas sociais na região, para o atendimento as famílias em vulnerabilidade social e moradores ao entorno do Córrego Pirajuçara, vítimas constantes das enchentes (SOLAR DOS UNIDOS, 2008).

Muitas vezes, a falta de equipamento público e a falta de emprego na região fizeram com que as famílias procurassem atendimento na associação de moradores do Jardim Clementino e Parque Iracema por falta de habitação, saúde, esporte, lazer, escolas e creches.

A violência na região possibilitou o tráfico de drogas, roubos e, conseqüentemente a evasão escolar, sendo as famílias alvos constantes das expressões da questão social.

Neste contexto, a população utilizava o espaço da associação de moradores, para discutir as ações necessárias para o bairro, através dessa, várias conquistas foram realizadas, o que possibilitou ações de caráter educativo, social, cultural e cívico (SOLAR DOS UNIDOS, 2008).

(...) Essas Organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não tem como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade..." (TENÓRIO, 2001 apud COSTA¹⁷).

A parceria com a comunidade foi fundamental para a formação de objetivos mais reais e concretos na execução das atividades, de modo que as ações eram

¹⁷ Citação disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v7n2_selma.htm, acesso em 08/12/2010.

realizadas conforme as próprias necessidades da população, dos sócios e os dos voluntários.

Desse modo Dowbor nos esclarece o papel do 3º Setor.

(...) O papel do Terceiro Setor para Dowbor não é realizar ações próprias do Estado substituindo-o, mas agir como articulador das forças sociais. O desenvolvimento local é visto como eixo fundante na renovação das políticas públicas. (DOWBOR, 2001 apud SANTOS, 2006 p. 85).

Em 2005 a associação de moradores do Jardim Clementino e Parque Iracema em parceria com a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (PMTS), através do Vereador Professor Moreira¹⁸ firmou convênio para atender famílias, crianças e adolescentes, na qual oficializou a Denominação Social de Entidade: Solar dos Unidos Associação Comunitária (SOLAR DOS UNIDOS, 2008).

O artigo 26 da LOAS assim expressa,

O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

Dentre os programas desenvolvidos, a organização atende crianças e adolescentes, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais, na qualificação profissional, alfabetização, esporte, cultura, atendimento psicológico e atendimento social para a comunidade em geral.

Considerando o perfil desta população, se fez necessário não somente colocá-los em contato com atividades sócioeducativas, artísticas, de formação para a cidadania e de complementação escolar, mas também resgatar vínculos afetivos, reestruturação do núcleo familiar e constante incentivo a participação em comunidade, na busca de políticas públicas, qualidade de vida e transformação social.

(...) Quando atuam na área da assistência social, saúde ou educação, geralmente trabalham com pessoas e famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho, não tendo acesso aos bens e serviços necessários ao suprimento de

¹⁸ No ano de 2005, Waines Moreira Alves, formado em Ciências Contábeis conhecido como professor Moreira, era Vereador pelo Partido dos Trabalhadores, teve seu mandato no ano de 2005 ao ano de 2008, só a partir desse mandato houve várias conquistas para a Organização Solar dos Unidos, junto a PMTS.

suas necessidades básicas. Portanto, enquadram-se no artigo 2º da LOAS, que coloca a maternidade, crianças e adolescentes, idosos, famílias e portadores de deficiência como alvos de proteção, amparo e capacitação para que tenham qualidade de vida e acesso às políticas sociais¹⁹. (COSTA, 2010)

A organização possui mais duas unidades que oferecem educação infantil de qualidade para 320 crianças com idade de 03 anos, e mais uma unidade de atendimento à criança e adolescente, informática e alfabetização de jovens e adultos para a comunidade.

Unidade II: Programa de Atenção à Criança (PAC) Solar dos Unidos Margaridas
Rua da Pátria nº 27- Jardim das Margaridas- Taboão da Serra – São Paulo.

Unidade III: PAC Solar dos Unidos Salete

Rua Santa Luzia nº 239- Jardim Salete- Taboão da Serra – São Paulo.

Unidade IV: Projeto Amor- Kolping (Projeto Criança e Adolescente)

Rua das Margaridas nº 72- Jardim das Margaridas- Taboão da Serra – São Paulo.

Veremos a seguir o quadro de funcionários da organização Solar dos Unidos.

Quadro 1 - Funcionários da organização.

| PROFISSÕES E Nº. de FUNCIONÁRIOS | |
|---|----|
| Assistente Administrativo | 01 |
| Assistente Social | 01 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 01 |
| Coordenadora Geral | 01 |
| Cozinheira | 01 |
| Educadora | 02 |
| Estagiária de Serviço Social Voluntária | 01 |
| Oficineira | 01 |
| Professor de Capoeira | 01 |

A organização Solar dos Unidos realiza o trabalho junto às famílias desde 10/01/2005, as propostas de trabalho são executadas através da coordenação técnica de um Assistente Social. A organização se caracteriza como já apontado

¹⁹ Citação disponível em http://www.ssrevista.uel.br/c_v7n2_selma.htm, acesso em 08/12/2010.

como uma unidade pública estatal de base territorial, cujas ações executadas compreendem a proteção social básica, objetivando prevenir as situações de riscos e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, nesse sentido, promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social e local; potencializa a família como unidade de referência e encaminha a população as demais políticas públicas.

A organização preconiza fazer a rede socioassistencial vinculada aos órgãos públicos municipais da mesma região onde está inserida, trabalhando para conhecer a presença e as formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável.

A partir dessas considerações se faz necessário pontuar as contribuições do Serviço Social junto à organização Solar dos Unidos e o programa Renda Cidadã.

2.3 O Serviço Social na Organização Solar dos Unidos

Em conversa com a Assistente Social da organização Solar dos Unidos a mesma nos relatou que o Serviço Social é o principal articulador dentro da política social na organização e têm como missão desenvolver prioritariamente atividades que possibilitem à população de Taboão da Serra, a reflexão de sua conduta de cidadão, no que tange a melhoria da sua qualidade de vida, tendo o Serviço Social dentro da organização alguns objetivos:

- Estabelecer o vínculo do projeto com a população de Taboão da Serra;
- Facilitar a organização da comunidade na busca de seus direitos;
- Planejar diretrizes de trabalho considerando a realidade de cada família, respeitando sua cultura e seus conhecimentos para intervir;
- Facilitar a inserção da população nos recursos da comunidade (educação, saúde, habitação, entre outros);
- Articular e facilitar a inserção de outras entidades que possam colaborar com a melhoria de qualidade de vida e que desenvolvam trabalhos na comunidade de Taboão da Serra;
- Integrar os diversos profissionais envolvidos nos projetos de trabalho e investir na capacitação dos mesmos;
- Responder pelas ações assistenciais na comunidade, individual ou coletivamente com os demais profissionais.

- Elaborar as reuniões socioeducativas do programa Renda Cidadã e aplicá-las com as famílias atendidas.

Enquanto competência do Serviço Social dentro da organização temos o técnico-operativo, na qual alguns instrumentais são utilizados tais como as entrevistas com as famílias a fim de coletar maiores informações sobre suas necessidades; visitas domiciliares antes da inserção ao programa RC para comprovação de alguns dados tais como o endereço da residência no qual a família declarou; relatórios de atendimento individual, ou grupal após a reunião socioeducativa do programa RC.

A autora Cardoso (2008), nos esclarece sobre os instrumentais do Serviço Social.

A coleta de informações realizada contribui para transformar a prática, transformar o espaço, o conhecimento e as formas de organização e articulação político-social. (CARDOSO, 2008, p.54)

O Relatório Social serve para registrarmos o que observamos e o que coletamos de informações durante a conversa profissional com o usuário e outras pessoas que entramos em contato. (CARDOSO, 2008, p.80)

[...] Não é sempre necessário ir ao domicílio do outro, para verificar suas verdades, e devemos inclusive nos questionar se é objeto do Serviço Social ser investigador da vida alheia, ou se somos investigadores da realidade social, das afetações político-sociais que possam interferir na qualidade de vida das pessoas, no acesso a direitos fundamentais. (CARDOSO, 2008, p.27)

A assistente social ressalta que é a responsável por realizar e coordenar as reuniões socioeducativas do programa RC, as quais acontecem com três grupos, com aproximadamente 75 pessoas, num total de 231 famílias atendidas. O objetivo principal dos encontros nas reuniões é o desenvolvimento de atividades para o fortalecimento dos vínculos familiares por meio de trabalho pautado pelas necessidades, expectativas e os desejos das pessoas.

[...] Deste modo, o significado social da nossa intervenção social, consiste exatamente numa estratégia para o resgate dos direitos emancipatórios e inclusivos destes usuários no processo do desenvolvimento social. (CARDOSO, 2008, p.27)

Relata também que o grupo permite a família colocar e enfrentar seus problemas a partir de uma perspectiva coletiva. É um espaço não massificado, com

participação obrigatória, ainda permitindo o início de uma ressignificação da experiência pessoal e social. Os principais temas abordados nas reuniões são: a apresentação dos serviços da PMTS; Conhecimento e reconhecimento do território; Saúde; Educação; Família; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso e Cidadania.

Figura 4 - Reunião Socioeducativa/ Pedofilia.



Fonte: Arquivo da Organização Solar dos Unidos Nov.2010.

CAPITULO III

O terceiro capítulo expõe a apresentação da análise e interpretação dos dados levantados através da pesquisa junto às famílias, traçando o perfil socioeconômico e a realidade cotidiana destas, contemplando os resultados auferidos pelo programa, no que tange a melhoria da qualidade de vida e o efetivo acesso às políticas sociais, analise esta, como já indicado, norteadas sob a ótica dos beneficiados.

3 CAMINHO METODOLÓGICO E SUJEITOS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada durante o ano de 2011 na organização Solar dos Unidos - Associação Comunitária, como já mencionado no município de Taboão da Serra.

Para tal nos utilizamos de instrumentos²⁰ do programa RC, livros, artigos e sites de consultas.

Nesta pesquisa trabalhamos com quatro famílias beneficiárias pelo RC, e que são beneficiadas pelo programa há mais de doze meses, escolhemos esse perfil de famílias associadas há mais de doze meses para avaliar o quanto o programa RC contribuiu para o enfrentamento da pobreza, gerando uma alternativa de mudança através do acesso às políticas públicas.

Não basta investigar famílias pobres ou desenhar programas sociais como dados isolados e, sim, na sua interrelação e interatividade. Os dados de interesse estão em processo de continua mudanças, pois se contextualizam na dinâmica social e no movimento desencadeado pelas políticas públicas, em nosso caso, de enfrentamento a pobreza.

Como dados substanciais, não bastam apenas às famílias a serem estudadas, mas incluem - se aí e circundam toda a investigação do programa em que estas famílias estão inseridas e o próprio acúmulo de experiências de

²⁰ Os instrumentos utilizados foram: fichas de atendimento arquivadas dentro dos prontuários na organização.

enfrentamento a pobreza (acompanhadas por nós) cuja opção central foi o impacto do programa de transferência de renda, RC na vida das famílias beneficiárias

Na pesquisa de campo foi utilizada a técnica da gravação com áudio, para validação dos registros coletados e fidelidade nas falas das entrevistadas. Utilizou-se o termo de consentimento livre e esclarecido, o qual garante o cumprimento das exigências éticas gerais. A técnica utilizada foi aceita por todos os sujeitos.

A escolha do testemunho das famílias beneficiárias do programa de transferência de renda RC foi uma forma de dar voz ao sujeito, nem sempre considerado, uma vez que esses sujeitos sofrem de um processo de vulnerabilidade social, levando assim ao agravamento da exclusão social e seu poder de decisão, enquanto cidadãos de direitos, sendo assim reconhecemos o poder de decisão dos mesmos e valorizamos assim sua capacidade de ser um agente de transformação.

As entrevistas com as famílias, produzidas e registradas por nós pesquisadores, obedeceram a onze perguntas estruturadas, que privilegiaram a investigação da composição do grupo familiar, das relações familiares, do trabalho, das redes e sistema de trocas, dos serviços, dos sonhos, pesadelos e sentimentos, aspectos estes coerentes com nossos riscos de análise.

Para a elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso utilizou-se a pesquisa qualitativa, com base em autores que iluminaram a discussão teórica.

A pesquisa qualitativa nas palavras de Minayo (2007, p.16) “é uma atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade que vincula pensamento e ação”.

Nós utilizamos da pesquisa qualitativa para a melhor compreensão da análise dos dados, pois segundo Martinelli, a pesquisa qualitativa tem:

[...] alguns pressupostos muito importantes que fundamentam o uso de metodologias qualitativas de pesquisa [...]. Um primeiro pressuposto é o reconhecimento da singularidade do sujeito [...] o segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito [...] e o terceiro pressuposto, que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social. (MARTINELLI, 1999, p. 22-23).

Para complementar a pesquisa, no que diz respeito ao perfil socioeconômico destas famílias e também para conclusão da mesma, utilizou-se os documentos arquivados na organização, sendo esses as fichas de atendimento social, a ficha do

sistema pró-social e os prontuários, pois segundo Ludke a pesquisa quantitativa refere-se a:

Os documentos constituem-se em uma fonte poderosa de informação, cujos conteúdos podem oferecer evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LUDKE, 1986, p. 39).

Para traçar o perfil socioeconômico dos usuários do programa RC, optamos pelo método de pesquisa quantitativa e qualitativa, sendo que selecionamos 200 prontuários, que representa 85% dos usuários beneficiários, que são atendidos na instituição. Os atendimentos são no total de 231 famílias beneficiárias.

Quanto à gravação das entrevistas, “O gravador parece à primeira vista um instrumento técnico próprio para anular ou, pelo menos diminuir o possível desvio trazido pela intermediação do pesquisador.” (QUEIROZ, 1991, p. 3).

As transcrições dos dados aconteceram após as narrativas orais, as quais foram digitalizadas e contribuíram como novo momento da pesquisa.

Por “transcrição se entende, por sua vez, a reprodução, num segundo exemplar, de um documento, em plena e total conformidade com sua primeira forma, em total identidade, sem nada que o modifique; é aplicado tanto a documentos escritos como a documentos orais. (QUEIROZ, 1991, p. 86)

E como já mencionado a pesquisa de campo foi realizada na instituição Solar dos Unidos, no mês de Janeiro de 2011.

3.1 O perfil socioenômico das famílias beneficiárias pelo Programa Renda Cidadã

No parágrafo a seguir iniciaremos nossa análise de dados na qual utilizamos para complementar a pesquisa com o método quantitativo, a análise dos dados de duzentos prontuários de famílias atendidas, arquivados na organização Solar dos Unidos.

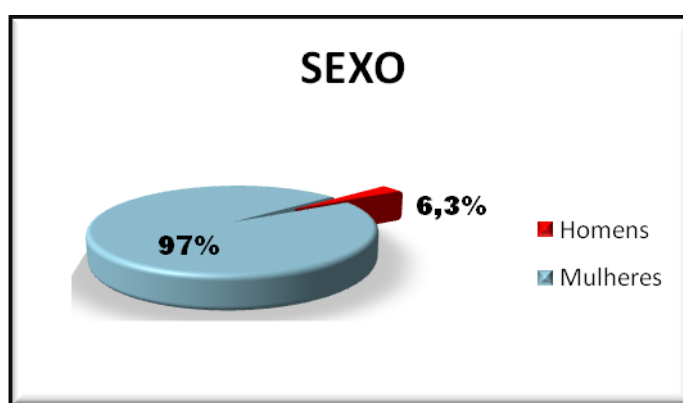
Anexamos o modelo da ficha de atendimento e o modelo do sistema pró-social na qual é feita a inscrição das famílias associadas ao programa RC. Analisamos o sexo, faixa etária, escolaridade, a renda familiar, qualificação

profissional, número de filhos, número de membros no domicílio e a situação do domicílio.

Analisamos essas fichas com a finalidade de levantar maiores informações sobre o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas pelo programa RC, para compreender o grau de vulnerabilidade a qual essas famílias estão expostas.

Iniciamos nossa análise apresentando os dados referentes ao sexo das famílias beneficiárias do programa RC.

Figura 5 - Gráfico - Sexo



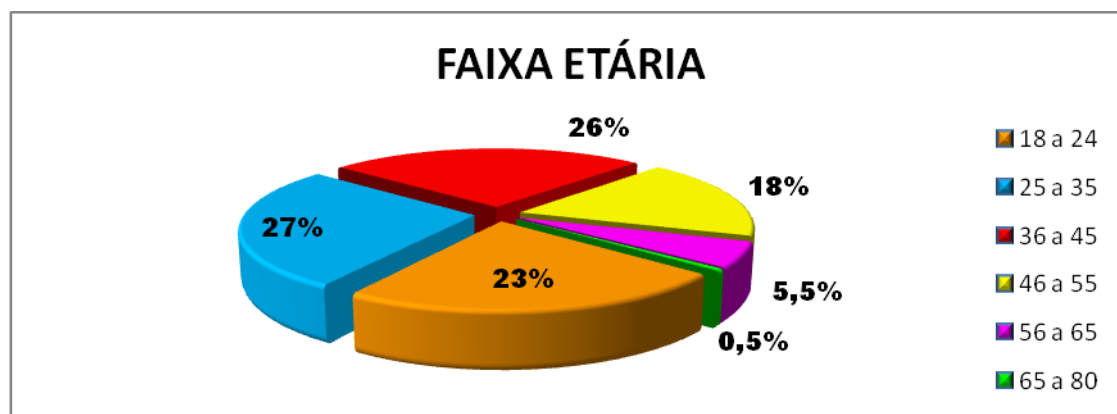
Fonte: Dados da ficha pró-social da organização Solar dos Unidos (elaboração própria)

Em relação aos dados levantados quanto ao sexo dos beneficiários constatamos que a maioria são mulheres chefes de família, pois os homens mesmo tendo perfil para a participação no programa, ainda encontram dificuldades para buscar o atendimento social, e expor seus problemas quanto às dificuldades financeiras, visto que na sociedade contemporânea ainda existe certa resistência por parte da figura masculina, uma vez que o homem historicamente é o principal provedor do sustento do lar.

Quanto à questão da faixa etária no próximo quadro apresentaremos a idade do responsável legal da família atendida na organização Solar dos Unidos e dividimos em seis grupos para melhor analisar.

Quadro 2 - Faixa Etária.

| Faixa Etária | |
|------------------------|------------|
| Idade dos Responsáveis | Total |
| 18 a 24 anos | 46 |
| 25 a 35 | 54 |
| 36 a 45 | 52 |
| 46 a 55 | 36 |
| 56 a 65 | 11 |
| 65 a 80 | 1 |
| TOTAL | 200 |

Figura 6 - Gráfico - Faixa Etária.

Fonte: Dados da ficha pró-social da organização Solar dos Unidos (elaboração própria)

O gráfico acima demonstra que os usuários que utilizam este benefício do programa RC na organização Solar dos Unidos, são os responsáveis na maioria pela família com idade acima de 25 a 35 anos, representando 27%. Seguido por responsáveis com idade entre 36 a 45 anos, representando 26%, na seqüência a faixa etária entre 18 a 24 anos correspondendo 23%, seguido por responsáveis de 46 a 55 anos correspondendo a 18%, na seqüência a faixa etária entre 56 a 65 anos, correspondendo 5,5% e por ultimo de 65 a 80 anos com 0,5%.

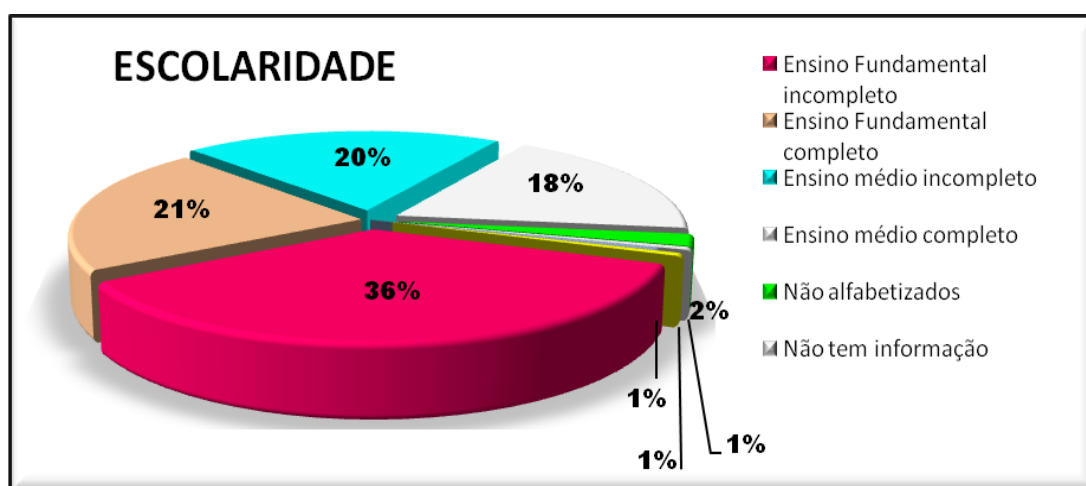
Para receber o benefício a prioridade é para os chefes ou provedores da família, que esteja desempregado e a preferência para mulheres chefes de família. A pesquisa demonstra que a maior porcentagem de beneficiários está na faixa etária de 25 a 35 anos correspondendo a 27%. São usuários responsáveis jovens que

necessitam de auxílio da assistência social por conta da fragmentação de trabalhos formais com registro em carteira profissional, tendo como consequência a oferta ao trabalho informal e não conseguindo assim uma estabilidade financeira.

O gráfico a seguir demonstra que 36% dos beneficiários do programa RC não chegaram à conclusão do Ensino Fundamental, isto pode ter se acarretado por vários fatores de um processo histórico familiar e por consequência desse histórico essas famílias encontram dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal.

A educação é um direito social garantido nos princípios da Constituição Federal de 1988, onde se configura como direito de todos e dever do Estado.

Figura 7 - Gráfico - Escolaridade.



Fonte: Dados da ficha pró-social da organização Solar dos Unidos (elaboração própria)

Nos gráficos a seguir veremos outros fatores que expõem estas famílias à vulnerabilidade social.

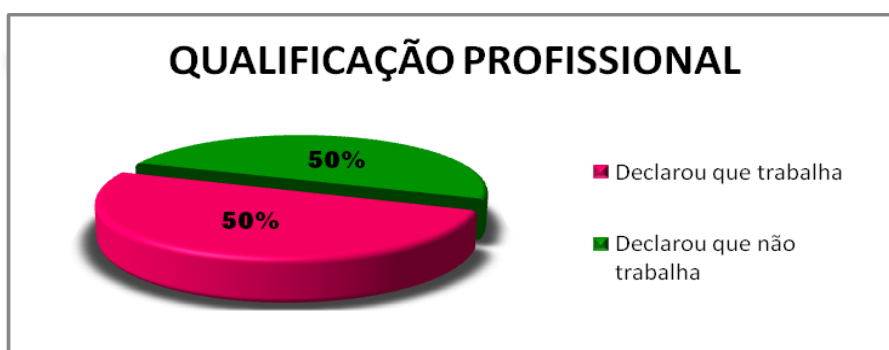
Podemos destacar que quem utiliza a assistência social, são majoritariamente mulheres, mesmo tendo crescido a participação da mulher no mercado de trabalho, porém acabam ocupando o mercado informal, ocupação relacionada à figura da mulher tais como manicure, empregada doméstica, diarista, etc.

Este item considerou a qualificação dos responsáveis por essas famílias atendidas na organização Solar dos Unidos, declarada no prontuário por elas, considerando sua potencialidade para o mercado de trabalho, como mostra no quadro a seguir.

Quadro 3 - Ocupação Profissional

| Ocupação Profissão dos beneficiários |
|---|
| Artesão |
| Aux. De Limpeza |
| Babá |
| Cabelereira |
| Cozinheira |
| Dona de casa |
| Empregada Doméstica |
| Empregada Doméstica – Diarista |
| Manicure/ Pedicure |
| Mecânico |
| Vendedor Autônomo |
| Vendedora Informal |

Os grupos mais afetados são os advindos das famílias de baixa renda, cuja escolaridade é baixa, e sua colocação profissional torna-se mais difícil devido as exigências do mercado de trabalho formal, que são cada vez maiores.

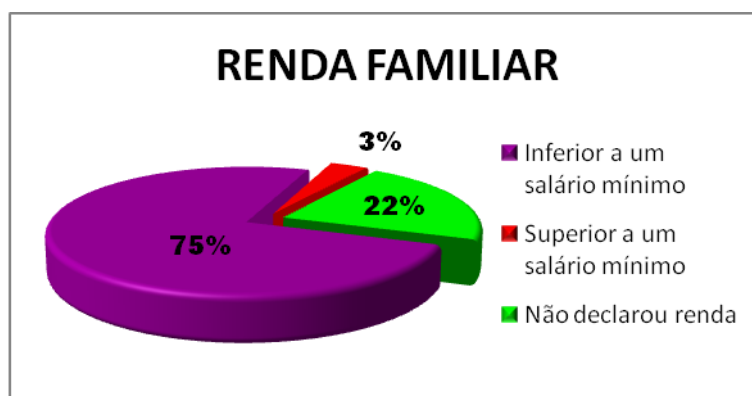
Figura 8 - Gráfico - Qualificação profissional.

Fonte: Dados da ficha pró-social da organização Solar dos Unidos (elaboração própria)

O gráfico anterior nos mostra que 50% declararam que trabalham no mercado informal ou formal e 50% declarou que não trabalha apenas cuidam do lar, segundo os dados da ficha de atendimento da organização Solar dos Unidos.

Em relação ao rendimento familiar podemos ressaltar que um dos critérios para inclusão no programa RC é a renda per capita que não pode ultrapassar meio salário mínimo, isso demonstra que a família para ter direito ao programa RC precisa estar inserida no alto IVSF.

Figura 9 - Gráfico - Renda Familiar.



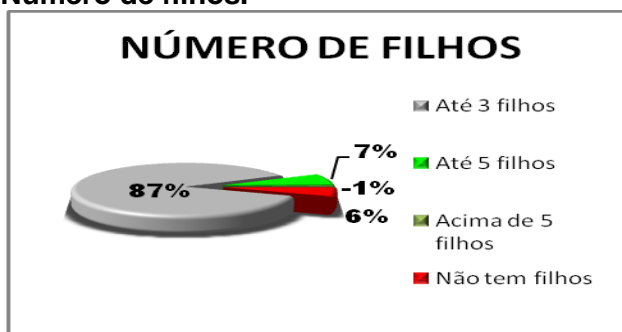
Fonte: Dados da ficha pró-social da organização Solar dos Unidos (elaboração própria)

Constatamos que 75% dessas famílias têm renda inferior a um salário mínimo e apenas 3% tem renda superior a um salário mínimo, comprovando assim que essas famílias necessitam do benefício para complementar a sua renda.

Com o neoliberalismo instituído no Brasil e com a reestruturação produtiva, observamos uma redução constante nos postos de trabalho tanto no setor formal quanto no setor informal dado a incorporação de novas tecnologias. Neste mesmo contexto, o mercado informal cresce a cada dia, incorporando uma mão de obra de forma precarizada e distante das históricas conquistas dos trabalhadores.

Entendendo que a configuração familiar é um dado também importante para o que se propõe, no gráfico a seguir trazemos o numero de filhos que estas famílias têm, sabendo que essas famílias, pouco contam com ajuda das instituições governamentais tais como: creche, posto de saúde, escola etc, as mesmas acabam arcando com os custos. Visto que 87% têm até três filhos, apenas 7% têm entre três e cinco filhos, e por último 6% dessas famílias declararam que não tem filhos.

Figura 10 - Gráfico - Número de filhos.

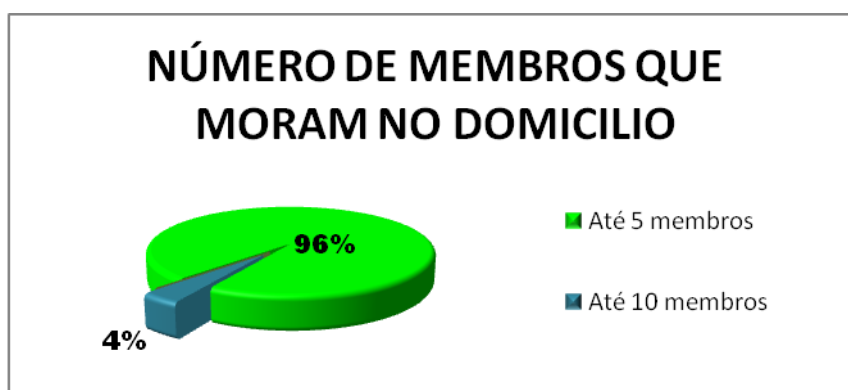


Fonte: Dados da ficha pró-social da organização Solar dos Unidos (elaboração própria)

Continuando sobre a configuração familiar, no gráfico apresentamos, dentre as 200 fichas analisadas na organização Solar dos Unidos, o número de membros que reside sob o mesmo teto, na maioria de cinco pessoas, nesse grupo é importante destacar os 96% que nos aponta o predomínio de famílias numerosas, uma vez que 4% possuem mais de cinco membros. Isso expõe a estas famílias a diversas fragilidades sociais. Mostra também que a composição familiar é formada por mulheres chefes de família, convivendo com outros membros como pais, irmãos, agregados e etc.

Os arranjos familiares são baseados na afetividade, com as mudanças na sociedade contemporânea a família é um espaço de convivência e proteção dos membros que nela residem, independente do parentesco.

Figura 11 - Gráfico - Número de membros que moram no domicílio.

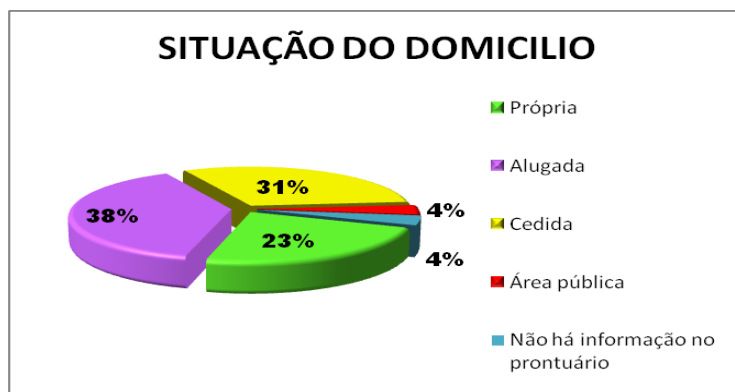


Fonte: Dados da ficha pró-social da organização Solar dos Unidos (elaboração própria)

Quanto à situação do domicílio, percebemos que a maioria mora em residência alugada e domicílio cedido. Devido às condições socioeconômicas os

arranjos familiares tornam-se necessário como uma forma de enfrentamento da população em relação à falta de políticas habitacionais e políticas para o trabalho.

Figura 12 - Gráfico - Situação do domicílio.



Fonte: Dados da ficha pró-social da organização Solar dos Unidos (elaboração própria)

Verificamos que na organização Solar dos Unidos as famílias beneficiárias do programa RC residem em casa de aluguel correspondendo 38%, seguida por beneficiários que residem em domicílio cedido correspondendo 23%. Isso evidencia que 53,29% dos beneficiários não têm residência própria e também não ganham o suficiente para pagar aluguel, sendo assim contam com a solidariedade familiar ou recorrem à invasão de áreas públicas que são de risco, sem infraestrutura, falta de saneamento básico, falta de transporte público, falta de asfalto entre outros.

Na nossa pesquisa documental foi possível quantificar os dados da ficha de atendimento dentro de nossas expectativas, pois todos os dados estavam registrados da melhor forma para traçar o índice de vulnerabilidade ou grau da pobreza. O conjunto de informações do universo do usuário é determinante para apontar o grau de vulnerabilidade dentro do seu território.

Assim constatamos que o grau de vulnerabilidade social das famílias atendidas na organização Solar dos Unidos é alto e que a pobreza está de forma dialética presente na vida dessas famílias, pois as mesmas buscam alternativas como formas a sua superação.

Dentre estes, selecionamos quatro famílias para compor esta pesquisa, e segue no próximo subitem o resultado.

3.2 Analisando as narrativas: O desafio do Pesquisador e o Impacto do Programa Renda Cidadã

Como já mencionado o Programa RC, enquanto PTR proporciona às famílias que se encontram em situação de exclusão social um complemento financeiro, para que alcancem o mínimo necessário a sua sobrevivência; bem como para garantir-lhes níveis de qualidade de vida compatíveis com a dignidade da cidadania. Sendo assim, será junto à família em situação de exclusão que o programa deve alcançar os resultados de melhoria na qualidade de vida e de cidadania.

Possibilita além do repasse financeiro, discussões através das palestras e reuniões temáticas de caráter socioeducativo (contrapartida do programa). Os temas abordados nas reuniões temáticas e palestras são elencados de modo a contemplar o planejamento da equipe técnica responsável pelos trabalhos, e como também das propostas levantadas pelo grupo, alvo da ação. Realizam-se, também encaminhamentos aos serviços da rede pública municipal, a cursos profissionalizantes, atendimentos individuais e familiares conforme necessidade do segmento atendido.

Para a comprovação da nossa hipótese central, a qual diz que o programa RC não ganha efetividade se não for acompanhado de um forte processo socioassistencial, verificamos com as narrativas das entrevistadas através de perguntas estruturadas onde pudemos obter resultados significativos, assim também quanto ao objetivo geral da pesquisa que foi analisar o grau de inclusão das necessidades das famílias no desenvolvimento do PTR "RC".

Nossos objetivos específicos são: Analisar a mudança dos usuários no decorrer do tempo de inclusão no programa, Identificar a influência do benefício na emancipação das famílias, compreender as conquistas das famílias após inclusão no programa e reunir argumentos para ofertar a população em situação de pobreza uma estratégia de enfrentamento do problema, que trate dos sujeitos de forma totalizante.

Diante da perspectiva adotada pela pesquisa, é possível relatar através dos dados colhidos, que apesar de certa semelhança em relação ao questionamento que se refere ao porque da procura pelo programa e quais as expectativas ao entrar no programa, os entrevistados expuseram que no momento da busca pelo mesmo

possuíam em mente que com sua inclusão no mesmo estariam solucionando as suas necessidades básicas. Assim, iniciamos questionando sobre o que os levou à procura pelo programa?

*Foi à dificuldade né?
Jandira*

Fui até o Solar dos Unidos conversei com a Assistente Social Ednéa que me acolheu e fez a escuta sobre minhas dificuldades e pediu para que eu aguardasse uma visita domiciliar.

Heloisa

Eu passei por um momento muito difícil da minha vida, enfrentei um processo de depressão, cheguei a passar fome. Ai fui orientada a procurar o CRAS e perguntar se haveria vaga para o RC. Enfim no momento fui informada que não tinha vaga. Ai a Camila me incluiu no programa RC pelo Solar.

Izilda

Através destes relatos, foi possível perceber que o que as fez procurar o recebimento do benefício foi principalmente a instabilidade financeira, através da qual se acarretou vários fatores negativos em suas vidas, assim como a doença, a exclusão e a falta de acesso as políticas sociais.

Quanto à expectativa ao entrar no programa, temos que: .

Mudou bastante na questão de falta de alimentos, e a questão da educação das crianças, ajuda tipo assim, para comprar material para as crianças, comprar um gás, ajudou a complementar à renda.

Jandira

A minha expectativa era receber este dinheiro porque eu estava passando fome, tenho depressão e não tinha como tomar os remédios, porque não tinha como comprar. Eu fiquei melhor comecei a comprar os remédios, minha alimentação e pagar a conta de luz e de água, neste mesmo tempo comecei a cuidar de crianças então assim não esta cem por cento bom, mas ajuda bastante , esse dinheiro é pouco , mas pra mim faz a diferença.

Izilda

Na realidade eu acredito que essa renda, é somente para benefício dos meninos (filhos), pois eu uso para comprar alimentos e materiais escolar coisas assim, não compro nada pra mim.

Vera

A grande expectativa das usuárias está voltada para o valor financeiro, que poderia fazer diferença em seu orçamento mensal, pois apesar do valor ser pequeno, para as entrevistadas vem como um valor significativo para suprir suas necessidades básicas.

Dessa forma Suplicy (1991), ressalta que:

Uma vantagem do sistema está em dar o direito ao próprio beneficiário de escolher como irá gastar os cruzeiros que recebe de maneira diferente do que outros mecanismos que visam auxiliar os mais pobres, distribuindo bens ou serviços dos mais diversos. Pois a pessoa, mais do que o administrador governamental, sabe de suas necessidades prioritárias, se prefere gastar em alimentos, material de construção, material escolar para os filhos, num jogo de futebol, numa passagem ou até em numa cerveja. (SUPLICY, 1991).

O dinheiro empregado na melhoria da qualidade de vida, alimentação, vestuário, educação, saúde, moradia, contas de serviços públicos e iniciativas para geração de renda faz muita diferença para quem nem sempre dele pode dispor. A partir dessa pergunta nós (pesquisadores) percebemos que as beneficiárias buscam apenas o alívio imediato da situação financeira e não despertando o interesse como contrapartida do benefício os cursos de geração de renda como forma a superar a pobreza e as reuniões socioeducativas como meio de reconhecimento da cidadania.

Sendo assim, o primeiro e o segundo questionamento, constantemente se mesclam nas falas dos entrevistados, sendo possível pontuar a terceira questão, do eixo de análise, que indaga sobre as mudanças que ocorreram ao longo do programa visto que, de uma forma ou de outra, mesmo sob um contexto de completa miserabilidade o programa dá condições de se ver satisfeitas outras necessidades.

Cabe ressaltar, que ao trazer para discussão alguns dos objetivos do programa como o ingresso e permanência de crianças/ adolescentes na escola; melhoria nas condições de vida e auto-estima, o programa tem respondido sob o ponto de vista das famílias, satisfatoriamente.

Quando pensamos em expectativas, também podemos pensar em mudanças, pois quando questionadas sobre quais as mudanças que ocorreram ao longo do programa, temos que:

Ocorreram sim, pois desde que entrei no programa RC, comecei a ir atrás dos meus direitos, espero por mais mudanças.

Heloisa

Ocorreram varias, pois com esse dinheiro da Renda Cidadã, consigo comprar material escolar para os meninos (filhos), remédio, calçados e roupas. Então assim, em relação à escola eu consigo manter bem.

Vera

Percebemos que duas das entrevistadas passaram a ter mais acesso as informações com a autonomia, ganhos de autoestima, informação, capacidade de comunicação e de relações internas e externas a família, apropriação do território, isso fez com que ambas se reconhecessem como cidadãs de direitos e deveres na sociedade civil.

Como já referido neste trabalho, as famílias que recebem o RC tem obrigatoriamente a participação nos encontros socioeducativos, assim quando questionamos sobre o que inovou nas suas vidas em relação às reuniões socioeducativas, pudemos compreender o quanto as expectativas de mudanças puderam ser concretizadas.

Deu pra ajudar bastante aprendi muita coisa.

Jandira

Fez eu me sentir valorizada e a autoestima elevada, as reuniões socioeducativa com a psicóloga, me fez enxergar que eu não era diferente de ninguém e que eu também era capaz, pois tinha direito e obrigação de saber quais tipos de serviços a comunidade oferecia e que nós tínhamos o dever de nos apropriarmos deles, porque toda mudança depende de nós e aquele momento nós já tínhamos feito, porque fomos capazes de perceber que algo não estava bom e procuramos uma alternativa.

Heloisa

A reunião não é sempre que consigo participar, mas teve uma que eu adorei, foi quando a psicóloga do Solar levou uma palestrante e essa palestrante falou sobre pedofilia, esse tema foi muito bom ela falou sobre o filme A Preciosa que fala sobre pedofilia. Eu gostei tanto que até comprei o filme. (risos)

Izilda

Umam foram bem legais e outras não foram tão legais, mas também não me prejudicou em nada. Eu me recordo de uma dinâmica do pezinho que tinha que por o nome tal, foi bem legal eu até participei com o meu filho, essa eu gostei muito, a psicóloga fez uma reflexão muito bacana.

Vera

De acordo com os dados coletados as famílias beneficiárias em sua maioria, classificam as suas participações nas referidas reuniões como satisfatórias, haja

vista, apresentarem temas relevantes às questões cotidianas, sendo que estes geralmente são escolhidos por elas, gerando entre as mesmas um maior interesse em participar das reuniões, foi possível perceber, até pelo que foi exposto, que os temas abordados correspondem freqüentemente aos problemas enfrentados, por estas, no seu dia-a-dia, ou seja, é possível facilmente dar aplicabilidade em questões simples do cotidiano a partir dos apontamentos defendidos nas reuniões, visto que, tais discussões não se restringem apenas questões ligadas à área da assistência social. Pois através do trabalho socioeducativo, é possível levar informações, esclarecimentos, reflexões a respeito.

Assim a autora Cardoso (2008), ressalta que:

A intervenção social nada mais é do que um resgate de direitos, de serviços assistenciais, que visam incluir, proporcionar estímulos a autonomia, emancipação e exercício da cidadania dos sujeitos, que num determinado momento histórico, foram efetiva e deliberadamente impedidos de participarem dos mecanismos de desenvolvimento social, na suas mais diversas expressões, inclusive do direito aos questionamentos próprios desta segregação. (CARDOSO, 2008, p. 28)

Em nossa concepção de pesquisadoras, no que se refere a tal questionamento, enfatizamos que as ações socioeducativas possuem um caráter preventivo, devendo garantir as famílias o fortalecimento dos laços afetivos, das relações saudáveis, de sua organização funcional, para que elas assumam suas funções de proteção e desenvolvimento social de seus membros. Tem como finalidade contribuir para conscientizar as famílias em relação à participação na sociedade, tanto para produção de bens, como para seu usufruto e gestão. Como também facilitar ao individuo encontrar alternativas para suas próprias dificuldades.

Visto que o grupo permite a família colocar e enfrentar seus problemas a partir de uma perspectiva coletiva. É um espaço não massificado, com a participação obrigatória, permite o inicio de uma ressignificação da experiência pessoal e social. Relação intra-grupo: permite a construção do sujeito e da cidadania. Relações externas: permite a construção de redes sociais e a construção de sujeitos de direitos.

Vejam que no grupo as possibilidades de acesso parecem mais frequentes, no entanto quando questionamos sobre a questão da qualificação profissional e especificamente quanto a cursos de geração de renda e trabalho, logo ouvimos:

*Fiz bijuteria.
Jandira*

Sim já fiz de artesanato, como eu já trabalhava com artesanato e reciclagem pra mim foi muito bom.

Heloisa.

Não, porque logo comecei a cuidar de crianças ai não tem como participar.

Izilda

*Não fiz nenhum.
Vera*

Metade das usuárias entrevistadas fez curso de geração de renda, para completar o orçamento mensal e para uma qualificação profissional, e a outra metade relatou que não teve oportunidade/acesso, por falta de tempo. Tempo este que não é falta e sim excesso de trabalhos domésticos e outros, além do cuidado para com os filhos (levar, buscar na escola, etc.)

Assim, o trabalho informal também é algo que ocupa seu tempo, pois, além do benefício de transferência de renda as usuárias exercem tal trabalho, o de caráter informal.

Sobre a honestidade ao declarar a renda, Suplicy (1991) ressalta que:

[...] A questão importante que se coloca é relativa à honestidade das pessoas ao declararem o seu rendimento. (SUPLICY, 1991)

Dessa forma as beneficiárias declaram sobre seus rendimentos mensais.

Reciclagem eu tinha um pouco de vergonha, depois acostumei não da pra tirar muito, quando chove é mais difícil, e os preços baixou muito da pouquinho.

Jandira

*Venda de artesanato criado por mim mesma.
Heloisa*

Tenho sim, cuido de crianças para completar a minha renda, é pouco o que eu ganho, mas da pra sobreviver juntando os dois. Cobro só R\$200,00 para cuidar das duas crianças pra ajudar a mãe delas porque ela também não pode pagar mais que isso.

Izilda

Buscando compreender mais sobre o cotidiano dessas famílias, questionamos sobre a procura da rede de serviços socioassistenciais públicos, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Núcleo sócioeducativo.

Conheço mas nunca precisei.
Jandira

Sim, já procurei o CRAS, Conselho Tutelar, porque eu ajudo mães de adolescentes viciados em drogas então sempre acabo entrando em contato com o Conselho Tutelar e o CRAS.

Heloisa

Procurei só o CRAS, para saber sobre o RC e a Saúde.
Izilda

Sim, procurei o CRAS e o Conselho Tutelar, pois o meu filho de dezessete anos me deu muito trabalho, não tinha interesse pela escola ai eu procurei o Conselho Tutelar.

Vera

No tocante da questão que aborda sobre a procura dos serviços socioassistenciais o mesmo possibilitou outros acessos na comunidade, é possível perceber por algumas falas expostas acima, que o acesso a outros serviços é possível e efetivado. Para tanto, o acesso a outros serviços e entidades deu-se principalmente através dos encaminhamentos feitos pela proteção básica (CRAS/Organizações Sociais). Em algumas falas tivemos a percepção sobre essa interação com outros recursos da comunidade.

É oportuno ressaltar, que nós trazemos no anexo, das questões para as famílias, uma última pergunta que aborda a questão do maior sonho destas famílias, e esse questionamento foi incluso como eixo de análise. Todavia, cabe relatar os apontamentos em relação a essa questão, que abordou se ao longo da sua vida, você teve sonhos que já conseguiu realizá-los ou ainda pretende alcançá-los?

Tenho construir o quarto das meninas porque minha casa é só dois cômodos elas estão mocinha precisa de um quarto né.

Jandira

Eu sempre sonhei em trabalhar com criança, já cheguei a montar "escolinha" no município de Embu das Artes há alguns anos atrás, mas não deu certo, pois a escola ficava em uma área em que o

índice de pobreza era muito grande, e eu fui assaltada umas três vezes, perdi todos os equipamentos de trabalho, por este motivo fiquei desanimada e resolvi fechá-la. Comecei a fazer faculdade de pedagogia, pois esse é um sonho muito desejado, mas devido uma desestabilização financeira tive que interromper este processo. (Apresentou-se emotiva por varias vezes)

Heloisa

Meu sonho é montar meu marmitex, eu adoro cozinhar, tenho um sonho de montar uma cozinha e vender marmitex, já fiz cursos pelo SENAI que o meu ex- patrão pagou.

Izilda

Sonhos a gente sempre tem, eu tenho um sonho de fazer uma faculdade de Direito, para eu ser Juíza, e eu acredito muito na realização desse sonho, pois mesmo que eu faça essa faculdade já velha e bata o martelo e feche os olhos irei sentir-me realizada.

Vera

Como todas as pessoas as usuárias também constroem sonhos, sonho de ter uma vida melhor e de qualidade, para quem sabe no futuro tornarem-se cidadãos emancipados e não necessitar de um programa de transferência de renda para a sua auto-sustentação.

Percebemos que as beneficiarias, planejam uma vida melhor e buscam alternativas de mudanças. Mas infelizmente o sistema que rege nossa sociedade, impõe regras que limitam a capacidade das mesmas tais como recursos financeiros.

Cardoso (2008) ressalta que:

Embora pareça contraditório, a exclusão social decorre das desigualdades sociais, da má distribuição de renda e da ausência de investimentos na qualidade de vida social por parte do poder instituído historicamente. (CARDOSO, 2008, p. 27)

Considerando dessa forma, que os PTR de modo geral, e o RC especificamente, pautam-se em uma concepção de que a questão da pobreza/ desigualdade, encontra uma via para ser amenizada, através da integração ao mercado consumidor, ainda que restrita e precariamente, das famílias que se encontram à margem das relações sociais.

Sendo assim, Oliveira (2003) ressalta que:

[...] trabalhar com a exclusão social, como melhoria da qualidade de vida a níveis compatíveis de cidadania, implicaria necessariamente em programas que pudessem fazer frente ao caráter estrutural da

pobreza, isto é, serem precedidos de uma política de emprego e distribuição de renda. (OLIVEIRA, 2003, p. 86)

De acordo com Scherer (1997), os programas que continuarem desconcertados dos processos econômicos correm os riscos de tornarem-se uma política social de efeitos restringidos.

Diante dos dados expostos até então, fica claro para nós pesquisadores, que às vezes parece que o que se tem feito é quase nada, mas para as famílias que recebem é muito. É o começo, o engatinhar de um longo horizonte.

Para finalizar a análise de dados das entrevistas, nós enquanto pesquisadores fizemos o levantamento dos aspectos positivos e negativos sobre o programa RC, sendo esses:

Positivos:

- O programa propicia autonomia, organização, além de favorecer o atendimento das necessidades emergenciais;
- Abordando a questão das reuniões sócio-educativas, foi possível constatar que os beneficiários encontram nesses momentos um espaço de aquisição de informações, e como também de reflexão sobre os problemas cotidianos que o cercam, ou seja, momento em que se ouve e são que ouvidos, expressando seus medos, angústias e dúvidas;
- Processo de criação de vínculos entre os técnicos e as famílias, dado o maior acompanhamento sobre a família, em razão da inclusão no programa;
- Fomenta principalmente o acesso e a inclusão nas políticas públicas;
- Enquanto contrapartida do programa, busca-se a melhoria da qualidade de vida das famílias por meio do retorno e permanência a escola;

Negativos:

- A transferência monetária apresenta-se por um valor um tanto quanto irrisório, dado seus ousados objetivos;
- A insuficiência de vagas;
- Outro aspecto refere-se a questão do corte da renda per capita ser de meio salário mínimo enquanto que por exemplo o Bolsa Família esta

apresentando a per capita de R\$ 140,00, em razão do aumento do salário mínimo;

- O fato de muitas famílias, mesmo apresentando um quadro de extrema pobreza, só podem acumular dois PTR, desde que estes sejam de esferas de poder diferentes (estadual e federal), e que a soma de ambos não ultrapasse a transferência direta de renda no valor de R\$ 95,00, valor este irrisório, dada a situação da família;
- No tocante ao Cadastro Pró Social, apontamos entraves na operacionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações expressam a síntese do estudo realizado ao longo deste trabalho, através da constante análise em torno do nosso objeto de pesquisa.

Como indicado no primeiro capítulo desta, a complexidade, a contrariedade e a desigualdade expressas nas relações sociais, no decorrer das décadas no Brasil, provocaram problemas sociais gravíssimos.

A questão social, engendrada pelo modo de produção capitalista, exigiu deste, respostas que viessem de encontro com as precárias condições de vida de inúmeras famílias, é sob esta perspectiva de enfrentamento à pobreza, que se problematizam mecanismos (Leis e Políticas Sociais), voltados a sua amenização.

Contudo, abordamos especificadamente a trajetória de enfrentamento da pobreza no Brasil, neste sentido, destacou-se a relevância da Assistência Social, como área fecunda a satisfação de necessidades dos segmentos mais vulnerabilizados. Indicou-se que infelizmente, a Política Pública da Assistência Social, traz em seu bojo um legado assistencialista e tutelador, o presente estudo demonstra os inúmeros processos desencadeados na área social, do final do século XX até os dias de hoje, voltados a romper com esse caráter.

Contemplamos para a análise o desenvolvimento do Programa de Transferência de Renda RC, reconhecido como já indicado como uma das estratégias desencadeadas pelo Estado, no que tange o fomento de respostas ao enfrentamento da pobreza.

Verificou-se com a pesquisa, que a transferência de renda promovida pelo Programa RC, de acordo com a sua funcionalidade e intencionalidade, tende a se orientar apenas enquanto mais um programa compensatório e residual, fundamentado nos pressupostos do mercado, no qual o desemprego e a exclusão social são inerentes ao sistema, portanto inevitáveis. Sendo que no tocante a melhoria das condições de qualidade de vida das famílias analisadas, pode-se constatar que tal objetivo é efetivado, enquanto que o acesso às demais políticas sociais assistenciais por intermédio da inclusão no programa ocorre.

Tal programa tem por objetivo garantir a autonomia do indivíduo, enquanto um frágil consumidor, amenizando os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, desconsiderando o crescimento do desemprego e a distribuição

de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra o desestímulo ao trabalho. Sob tal perspectiva, constatamos que seus resultados se reduzem à mera reprodução da pobreza, com vistas apenas a garantir padrões mínimos de sobrevivência.

Sendo assim, nossa hipótese central foi confirmada, no momento em que o programa ganha efetividade com o trabalho socioassistencial com famílias, através das reuniões socioeducativas com temas de interesse específico das mesmas.

O nosso interesse em realizar esta pesquisa se deu por curiosidade de conhecer a realidade cotidiana dessas famílias, saber onde o dinheiro era empregado e descobrir se o serviço socioassistencial era efetivo e identificar quem são essas famílias atendidas na Organização Solar dos Unidos no Programa RC, que estão inseridas em uma região de alta vulnerabilidade social, analisamos o instrumental de trabalho do profissional Assistente Social (ficha de atendimento social). O instrumental de trabalho do Serviço Social na Organização Solar dos Unidos (prontuários) não faltava nenhum registro de informações importantes para traçar o perfil por completo. Esse instrumental bem preenchido permite levantar dados que vão além da simples seleção para inclusão em benefícios, permite conhecer esta demanda, e propor ações dentro do propósito do programa previsto na sumula para transferência de subsídio financeiro.

Destacamos aqui algumas competências do profissional Assistente Social, sendo elas:

Competência teórico-metodológica – o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais. (SOUSA, 2009, p.122)

Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer se apropriar, e, sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social. (SOUSA, 2009, p.122)

Concluimos que para classificar a vulnerabilidade das famílias beneficiárias atendidas na organização não basta saber a renda per capita, é primordial levantar outros dados tais como habitação, escolaridade, número de filhos (entre outros) que foi possível analisar por conter nos prontuários.

Na pesquisa detectamos que as famílias não fazem o curso de geração de renda, pois na organização atualmente não está sendo oferecido, por falta de um profissional qualificado, assim impossibilitando as mesmas para uma possível qualificação para o mercado de trabalho.

Os critérios de seleção para o Programa RC por parte da organização é obedecido, assim priorizando as mães chefes de família e com o maior número de filhos.

Apresentam-se como reafirmadores dos pressupostos miserabilistas dos “mínimos de pobreza” que até os dias de hoje regem os programas sociais, reduzem consideravelmente os padrões de civilidade (dada a irrisoriedade da transferência monetária) e indicam uma frágil autonomia limitada ao pressuposto possessivo liberal (a liberdade entendida estritamente e precariamente como a aquisição de materiais básicos de consumo), eliminando a possibilidade de escolhas consideradas valiosas e válidas de serem vividas.

É sob tal perspectiva, que Buarque (1999 p. 89), ressalta que as transformações transcorridas no país e no mundo, a partir da década de 90, associadas a um legado histórico de apartação social e relações sociais pautadas no autoritarismo conservador na condução da política, aparentemente, minaram o debate e a mobilização em torno das possibilidades de uma reconstrução política. Dessa forma, vive-se sob um contexto, em que as mudanças que pareciam se processar no campo dos direitos e demais conquistas legalmente asseguradas na Constituição Federal de 1988 sofreram um considerável encolhimento, quando não, frágeis ou incompletas demais para realmente provocar impactos no cotidiano da pobreza.

Nesse sentido, a ambiguidade expressa no movimento de implantação do PTR no Brasil, se constituiu em estratégia de reprodução das condições (mínimas) de vida de seus beneficiários, mas também se constituiu em mecanismo de consolidação do “lugar” subalterno a que os pobres têm sido historicamente confinados, mediante uma relação de segmentação e estigmatização, haja vista, voltamos a enfatizar a irrisoriedade dos benefícios.

A partir do exposto, indagamos sobre a concepção dos PTR, na sua relação com a totalidade de um sistema concentrador de renda, propriedade, riqueza e poder; questionamos o que de fato está sendo transferido em uma relação em que a renda é disputada, apropriada e concentrada por grupos econômica e politicamente dominantes. O que está sendo transferido em uma relação de destituição de direitos e restrição de coberturas sociais públicas?

Contudo, é fato que, o Programa RC, isoladamente “não vai acabar com a pobreza”, nem resolver os problemas de desemprego do país, por outro lado, a quantidade de pessoas e o volume de recursos envolvidos no programa é tão grande, que se devidamente articulado, asseguraria uma vida digna para todos as famílias que por ele são beneficiadas.

Diante do cenário econômico, político e social, observa-se a tendência de que tais programas venham a ser cada vez mais implantados no país, como instrumento de combate a pobreza. Sendo assim, tem-se a necessidade, que os PTR se transmutem numa grande política nacional que seja implementada de forma coordenada, descentralizada e contínua - estruturada de modo que realmente propicie impactos no cotidiano da pobreza, ou seja, que os recursos aplicados deem condições de retorno social, sob a perspectiva do investimento no (capital) ser humano.

O maior desafio está em criar “portas de saída” para a condição de miséria e desalento, pois certamente não construiremos um país mais justo se nos próximos anos incorporarmos crescentemente novas famílias a este tipo de programa, baseando-se sob as mesmas ações pontuais, tende-se a apenas reproduzir as condições de pobreza de uma grande parcela da população.

Portanto, constatamos a partir do estudo realizado, que a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime exige que as propostas de ruptura e transição para patamares de vida digna de grande parcela da população se fundamentem em ações e/ou programas que operem para “fazer a diferença”, visto que, as propostas pulverizadas, residuais dispensadas ao trato das expressões da questão social, têm contribuído para a sua exacerbação, engendrando, conseqüentemente o processo de efetivação da pobreza.

REFERÊNCIAS

ABREU, Y. V.; BARBOSA, A.D. Estudo do índice de Exclusão Social no Brasil: Caso Tocantins. Madri, 2009.86p.

ALBERTI, V. **História Oral – A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1990.

BRASIL. **A Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004-** Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. Novembro de 2004.

BRASIL. LOAS (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

BUARQUE, C. **O que é apatização social? o apartheid no Brasil**. São Paulo, 1999;

CARDOSO, M. F. M. **Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social:** Observação Sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e teorias de Base no Processo de Intervenção Social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CARNEIRO, C. B. L. **Concepções sobre a Pobreza e alguns desafios para a Intervenção Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXVI, Nº 84.p.66-83, 2005.

COSTA, S. F. **O Serviço Social e o Terceiro Setor**. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v7n2_selma.htm, acesso em 08 de Dezembro de 2010.

<http://confins.revues.org/4053> acesso 18 de março de 2011.

http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/apresentacao_rendacidada acesso em 18 de Setembro de 2010.

<http://www.taboadaserra.sp.gov.br/?s=460> acesso em 12 de março de 2011

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.

MARTINELLI, M. L. (org). **Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Versus, 1999. Série Núcleo de Pesquisa.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, M. H. **Do desejável ao possível: um estudo do programa complementado a renda/ sp**. 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina/ PR, 2003;

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. Biblioteca Básica de Ciências Sociais. Série 2.Textos. v.7. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

SANTOS, D. P. B. **Formação de Educadores para o Terceiro Setor: Olhar de Professor**. 2006. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

SCHERER. E. **Renda mínima de inserção: inclusão e exclusão**. Renda mínima e crise mundial. Saída ou agravamento? São Paulo, Cortez, 1997;

SILVA e SILVA, Maria O. ; YASBEK. Maria C.; GIOVANNI, G. **A política Social Brasileira no século XXI: A prevalência dos Programas de Transferência de Renda**. São Paulo: Cortez, 2006.

SOLAR DOS UNIDOS. **Plano de trabalho da Entidade**. São Paulo. 2008.21p.

SUPLICY, E. M. **Economia: Imposto de Renda Negativo- a garantia de Renda Mínima**, 1991. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/economia-imposto-negativo-garantia-de-renda>, acesso em 29 de abril de 2011.

YASBEK, M. C. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS**. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77 p.11-29, 2004.

YASBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 2. ed.- São Paulo: Cortez, 1996.

SOUSA, C.T.S. A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa : 119-132, 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>, acesso em 04 de maio de 2011.

ANEXO A1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Universidade de Santo Amaro****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa – **Caminhos para o Enfrentamento da Pobreza: Programa Renda Cidadã**, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA: PROGRAMA RENDA CIDADÃ.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: CAMILA RODRIGUES ALVES

ENDEREÇO:

TELEFONE:

PESQUISADORES PARTICIPANTES: MÔNICA CIBELE E SONIA GALDINA

PATROCINADOR: _____

OBJETIVOS: Analisar o grau de inclusividade das necessidades das famílias no desenvolvimento do programa de transferência de renda Renda Cidadã; Analisar a mudança dos usuários no decorrer do tempo de inclusão no programa; Identificar a influência do benefício na emancipação das famílias; Compreender as conquistas das famílias após inclusão no programa.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a uma entrevista gravada sobre o programa Renda Cidadã. Faremos à entrevista a fim do Trabalho de Conclusão de Curso. A entrevista será com perguntas fechadas seguindo um roteiro.

RISCOS E DESCONFORTOS: Não terão riscos apenas constrangimentos que poderão ser provocadas pela pesquisa.

BENEFÍCIOS: A pesquisa contribuirá para a efetivação do programa Renda Cidadã e assim pensar em possíveis mudanças.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não terá nenhum custo/ reembolso para o participante.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Garantia de sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

**ANEXO A2 – CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO
SUJEITO**



Universidade de Santo Amaro

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG. _____, CPF: _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado (a) pelo pesquisador (a) – Camila Rodrigues Aves - dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

LOCAL E DATA:

Taboão da Serra, ____ de _____ de 2011.

NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL (menor de 21 anos):

(Nome por extenso)

(Assinatura)

ANEXO B – FORMULÁRIO DE ATENDIMENTO – SOLAR DOS UNIDOS



Solar dos Unidos - Associação Comunitária

FORMULÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: _____
D.N.: ____/____/____ **Idade:** _____ **Natural de:** _____
RG.: _____ **CPF.:** _____ **Est. Civil:** _____
Endereço: _____
Bairro: _____ **Cep:** _____ **Município:** _____
Fone: _____ **Tipo de moradia:** _____ **Tempo de moradia:** _____
Escolaridade: _____ **Profissão:** _____
Renda R\$ _____
Fonte de Renda: _____ **Faz parte de algum Programa Social?** _____

Composição Familiar:

| Nome | Idade | Grau de parentesco | O que faz? | Renda |
|------|-------|--------------------|------------|-------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Atendimento realizado em: ____/____/____

Por: _____

Solicitação: _____

Encaminhamentos: _____

Solicitação: _____

Encaminhamentos: _____

ANEXO D – SISTEMA PRÓ-SOCIAL - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA



Sistema Pró-Social



Identificação da Pessoa

1 - Dados de Controle

| | | | |
|--|---|---|---|
| 101 - Tipo Doc. <input type="text" value="02"/> | 102 - Número de ordem da pessoa <input type="text"/> | 103 - Modalidade <input type="checkbox"/> 1 - Inclusão <input type="checkbox"/> 2 - Alteração | Código domiciliar <input type="text"/> |
|--|---|---|---|

2 - Identificação da Pessoa

201 - Nome completo da pessoa sem abreviações. Caso necessário abreviar, vide instruções.

| | | | |
|--|---|--|---|
| 202 - Data de nascimento <input type="text"/> | 203 - Sexo <input type="checkbox"/> 1 - Masculino <input type="checkbox"/> 2 - Feminino | 204 - Nacionalidade <input type="checkbox"/> 1 - Brasileira <input type="checkbox"/> 2 - Brasileiro naturalizado | 205 - País de origem (se estrangeiro) <input type="text"/> |
|--|---|--|---|

| | | | |
|---|--|---|---|
| 206 - Data de chegada ao Brasil <input type="text"/> | 207 - Cód. IBGE munic. nasc. <input type="text"/> | 208 - UF munic. nasc. <input type="text"/> | 209 - Nome do município de nascimento <input type="text"/> |
|---|--|---|---|

210 - Nome completo do pai (sem abreviações)

211 - Nome completo da mãe (sem abreviações)

| | |
|---|---|
| 212 - Estado civil <input type="checkbox"/> 1 - Solteiro(a) <input type="checkbox"/> 2 - Casado(a) <input type="checkbox"/> 3 - Divorciado(a) <input type="checkbox"/> 4 - Separado(a) <input type="checkbox"/> 5 - Viúvo(a) | 213 - Se o(a) esposo(a) ou o(a) companheiro(a) reside no domicílio, informar o nº de ordem correspondente. Se não reside, informar 99 <input type="text"/> |
|---|---|

| | |
|---|--|
| 214 - Tipo de deficiência (assinilar com "X") <input type="checkbox"/> Cegueira <input type="checkbox"/> Mudez <input type="checkbox"/> Surdez <input type="checkbox"/> Mental <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Outro | 215 - Raça/Cor <input type="checkbox"/> 1 - Branca <input type="checkbox"/> 2 - Negra <input type="checkbox"/> 3 - Parda <input type="checkbox"/> 4 - Amarela <input type="checkbox"/> 5 - Indígena |
|---|--|

Documentos

216 - Número de Identificação Social - NIS

| | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|-------------------------------------|---|----------------------------------|
| 217 - Cartão civil tipo <input type="checkbox"/> 91 - Nascimento <input type="checkbox"/> 92 - Casamento | 218 - Número termo <input type="text"/> | 219 - Livro <input type="text"/> | 220 - Folha <input type="text"/> | 221 - Data de emissão <input type="text"/> | 222 - UF <input type="text"/> |
|--|--|-------------------------------------|-------------------------------------|---|----------------------------------|

223 - Nome do cartório (órgão emissor)

| | | | | |
|---|---|---|----------------------------------|--|
| Documento de identidade 224 - Número <input type="text"/> | 225 - Complemento <input type="text"/> | 226 - Data de emissão <input type="text"/> | 227 - UF <input type="text"/> | 228 - Sigla do órgão emissor <input type="text"/> |
|---|---|---|----------------------------------|--|

| | | | | |
|---|-------------------------------------|---|----------------------------------|-----------------------------------|
| Carteira de Trabalho e Previdência Social 229 - Número <input type="text"/> | 230 - Série <input type="text"/> | 231 - Data de emissão <input type="text"/> | 232 - UF <input type="text"/> | 233 - CPF <input type="text"/> |
|---|-------------------------------------|---|----------------------------------|-----------------------------------|

| | | |
|---|------------------------------------|-------------------------------------|
| Título de eleitor 234 - Número <input type="text"/> | 235 - Zona <input type="text"/> | 236 - Seção <input type="text"/> |
|---|------------------------------------|-------------------------------------|

Qualificação escolar

- 237 - Freqüência escola
- 1 - Pública municipal
 2 - Pública estadual
 3 - Pública federal
 4 - Particular
 5 - Outra
 6 - Não freqüenta

239 - Série escolar

- 1 - Matemal I
 2 - Matemal II
 3 - Matemal III
 4 - Jardim I
 5 - Jardim II

6 - Jardim III

- 7 - CA (alfabetização)
 8 - 1ª série do ensino fundamental
 9 - 2ª série do ensino fundamental
 10 - 3ª série do ensino fundamental

238 - Grau de instrução

- 1 - Analfabeto
 2 - Até 4ª série incompleta do ensino fundamental
 3 - Com 4ª série completa do ensino fundamental
 4 - De 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental
 5 - Ensino fundamental completo
 6 - Ensino médio incompleto

- 11 - 4ª série do ensino fundamental
 12 - 5ª série do ensino fundamental
 13 - 6ª série do ensino fundamental
 14 - 7ª série do ensino fundamental
 15 - 8ª série do ensino fundamental

- 7 - Ensino médio completo
 8 - Superior incompleto
 9 - Superior completo
 10 - Especialização
 11 - Mestrado
 12 - Doutorado

- 16 - 1ª série do ensino médio
 17 - 2ª série do ensino médio
 18 - 3ª série do ensino médio

240 - Nome da Escola

241 - Código censo INEP

Qualificação profissional

242 - Situação no mercado de trabalho

- 1 - Empregador
 2 - Assalariado com carteira de trabalho
 3 - Assalariado sem carteira de trabalho

- 4 - Autônomo com previdência social
 5 - Autônomo sem previdência social
 6 - Aposentado/Pensionista

- 7 - Trabalhador rural
 8 - Empregador rural
 9 - Não trabalha
 10 - Outra

243 - Nome da empresa em que trabalha, se desempregado, último emprego

244 - CNPJ/CEI da empresa

245 - Data de admissão

246 - Ocupação

247 - Remuneração deste emprego

248 - Renda de aposentadoria/pensão

R\$

249 - Renda de Seguro-Desemprego

R\$

250 - Renda de pensão alimentícia

R\$

251 - Outras rendas

R\$

Características da família

252 - Tempo de moradia

(Ano(s)) (Mes(es))

Despesas mensais da família (preencher somente para a mãe/responsável legal da família)

253 - Aluguel

R\$

254 - Prestação habitacional

R\$

255 - Alimentação

R\$

256 - Água

R\$

257 - Luz

R\$

258 - Transporte

R\$

259 - Medicamentos

R\$

260 - Gás

R\$

261 - Outras despesas

R\$

262 - Número de pessoas que vivem da renda desta família

Relação familiar

263 - Nº de ordem da mãe/responsável legal da família

264 - Parentesco em relação a mãe/responsável legal da família, se o próprio, informar 01

265 - Se reside com o pai informar o número da ordem do pai, se não, informar 99

Parentescos

- 01 - Mãe/responsável legal
 02 - Esposo(a)
 03 - Companheiro(a)
 04 - Filho(a)
 05 - Pai
 06 - Avô/Avó
 07 - Irmão/Irmã
 08 - Cunhado(a)
 09 - Genro/Nora
 10 - Sobrinho(a)
 11 - Primo (a)
 12 - Sogra(a)
 13 - Neto(a)
 14 - Tio(a)
 15 - Adotivo(a)
 16 - Padrasto/Madrasta
 17 - Enteadado(a)
 18 - Bisneto(a)
 19 - Sem parentesco
 20 - Outro

266 - Se reside com a mãe informar o número da ordem da mãe, se não, informar 99

267 - Se criança de 0 a 6 anos, com quem fica?

- 1 - Pai/Mãe
 2 - Irmão/Irmã
 3 - Avô/Avó
 4 - Socinho
 5 - Creche
 6 - Outro

268 - Se grávida, informar mes de gestação

269 - Amamentando

- 1 - Sim
 2 - Não

APÊNDICE A – PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

Perguntas para a entrevista com as beneficiárias pelo Programa Renda Cidadã

- 1- Como teve conhecimento sobre o programa? O que levou á procurá-lo?
- 2- Qual foi a sua expectativa ao entrar no programa?
- 3- Quais mudanças ocorreram ao longo do programa? (em relação à oferta de serviços, saúde, educação, habitação etc.).
- 4- O que inovou na sua vida em relação às reuniões socioeducativas?(ocorreram mudanças pessoais).
- 5- Se por acaso, você saísse do programa hoje, o valor do benefício faria falta no seu orçamento, mensal?
- 6- Tem alguma renda informal?
- 7- Já recebeu algum outro programa de transferência de renda?
- 8- À fez algum curso de geração de renda, para qualificação profissional?
- 9- Já procurou a rede de serviços socioassistenciais públicos? CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Núcleo Socioeducativo?
- 10- Ao longo da sua vida, você teve sonhos que já conseguiu realizá-los ou ainda pretende alcançá-los?
- 11- Na infância e juventude encontrou dificuldades em termos financeiros, ao ponto de falta de alimentos, entre outros? Descreva um pouco de sua história de vida.